



Karine Janner

**A INFLUÊNCIA DA TAXA BÁSICA DE JUROS NAS DECISÕES
ECONÔMICAS DOS INDIVÍDUOS**

Horizontina/RS

2025

Karine Janner

**A INFLUÊNCIA DA TAXA BÁSICA DE JUROS NAS DECISÕES
ECONÔMICAS DOS INDIVÍDUOS**

Trabalho Final de Curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências
Econômicas pelo Curso de
Ciências Econômicas da
Faculdade Horizontina
(FAHOR).

ORIENTADORA: Ivete Ruppenthal Ebrin, Mestre

Horizontina/RS

2025

**FAHOR – FACULDADE
HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“A INFLUÊNCIA DA TAXA BÁSICA DE JUROS NAS DECISÕES
ECONÔMICAS DOS INDIVÍDUOS”**

Elaborada por:

Karine Janner

como requisito parcial para a

Aprovado em: 01/12/2025

Mestre. Ivete Ruppenthal Ebrin
Presidente da Comissão Examinadora - Orientadora

Mestre. Stephan Sawitzki
FAHOR – Faculdade Horizontina

Mestre. Marcio Leandro Kalkmann
FAHOR – Faculdade Horizontina

Horizontina/RS

2025

Dedico este trabalho à minha família, que, com amor e inspiração, foi meu porto seguro. Aos amigos e colegas, cuja amizade e incentivo tornaram o caminho mais leve, minha sincera gratidão. E aos professores, em especial a minha orientadora, professora Ivete, agradeço pelos valiosos ensinamentos, pela orientação dedicada e pelo constante incentivo ao longo desta jornada e por acreditar no meu potencial.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste projeto, com destaque especial aos professores, que compartilharam seus conhecimentos. A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à colaboração indispensáveis de todos os envolvidos.

"Nossa mente é uma máquina de histórias, sempre pronta para criar explicações". - Daniel Kahneman

RESUMO

A taxa básica de juros (Selic) desempenha papel fundamental na economia brasileira, influenciando diretamente o crédito, o consumo, os investimentos e o controle da inflação, o que evidencia sua importância para o equilíbrio econômico e para as decisões financeiras. Diante dessa influência sobre o comportamento dos agentes econômicos, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar como as variações da taxa Selic influenciam as decisões econômicas de consumidores brasileiros, considerando os fatores comportamentais e a importância da educação financeira para escolhas mais conscientes. O problema de pesquisa que orienta o estudo é identificar de que forma as variações da taxa Selic influenciam as decisões econômicas dos indivíduos e como a educação financeira pode contribuir para escolhas mais conscientes. A metodologia utilizada foi classificada como descritiva e exploratória, com abordagem dedutiva e uso de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em dados do Banco Central do Brasil e literatura especializada. A coleta de dados envolveu o levantamento de informações sobre a evolução da Selic entre os anos de 2020 e 2025, analisando seus reflexos sobre o comportamento econômico dos indivíduos. A análise dos dados teve caráter quantitativo e qualitativo, permitindo compreender tanto os efeitos econômicos das variações da Selic quanto os comportamentos financeiros associados. Os principais resultados demonstraram que o aumento da taxa Selic eleva o custo do crédito e reduz o consumo, ao mesmo tempo em que estimula investimentos em renda fixa; já sua redução incentiva o crédito, o consumo e aplicações de maior risco. Observou-se também que a ausência de educação financeira potencializa os impactos negativos dessas variações, levando a decisões impulsivas e endividamento. Com base nessas conclusões, foram propostas estratégias práticas de educação financeira voltadas ao fortalecimento do planejamento pessoal, à formação de uma reserva de emergência e ao uso de ferramentas de controle financeiro. Por fim, o estudo destaca que a educação financeira contínua e o planejamento pessoal são ferramentas essenciais para promover decisões econômicas mais equilibradas e sustentáveis diante das flutuações da taxa básica de juros.

Palavras-chave: Taxa básica de juros, Decisões Econômicas, Educação Financeira.

ABSTRACT

The basic interest rate (Selic) plays a fundamental role in the Brazilian economy, directly influencing credit, consumption, investment, and inflation control, highlighting its importance for economic stability and financial decision-making. Given this influence on the behavior of economic agents, the main objective of this study is to analyze how variations in the Selic rate affect the economic decisions of Brazilian consumers, considering behavioral factors and the importance of financial education for more conscious choices. The research problem guiding this study is to identify how changes in the Selic rate influence individuals' economic decisions and how financial education can contribute to more informed choices. The methodology was classified as descriptive and exploratory, with a deductive approach and based on bibliographic and documentary research, using data from the Central Bank of Brazil, and specialized literature. Data collection involved gathering information on the evolution of the Selic rate between 2020 and 2025, analyzing its effects on individuals' economic behavior. The data analysis was both quantitative and qualitative, allowing for an understanding of the economic effects of Selic fluctuations as well as the associated financial behaviors. The main results showed that an increase in the Selic rate raises the cost of credit and reduces consumption while encouraging fixed-income investments; conversely, its reduction stimulates credit, consumption, and higher-risk investments. It was also observed that the lack of financial education amplifies the negative impacts of these fluctuations, leading to impulsive decisions and indebtedness. Based on these findings, practical financial education strategies were proposed to strengthen personal financial planning, the creation of an emergency fund, and the use of financial control tools. Finally, the study highlights that continuous financial education and personal planning are essential tools for promoting more balanced and sustainable economic decisions in the face of fluctuations in the basic interest rate.

Keywords: *Basic interest rate, Economic Decisions, Financial Education.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Efeito da compra e venda de títulos públicos em relação aos meios de pagamento	15
Figura 2: Efeito do aumento e redução da taxa de reserva em relação aos meios de pagamentos.....	16
Figura 3: Efeito da elevação e da redução da taxa de redesconto em relação aos meios de pagamento	16
Figura 4: Benefícios da Educação Financeira	27
Figura 5: Metáfora do iceberg versus comportamento do consumidor.....	29
Figura 6 – Etapas da Pesquisa	35
Figura 7: Evolução da Meta da Taxa Selic (2020–2025).....	37
Figura 8: Função e finalidade da taxa básica de juros	40
Figura 9: Evolução do IPCA em Relação à Meta de Inflação no Brasil 2020 a 2025	43
Figura 10: Taxa de Juros Selic e Inflação (IPCA) no Brasil 2020 a 2025	44
Figura 11: Processo de intermediação financeira para as operações de crédito	47
Figura 12: Variação Anual de Atraso das Dívidas de 2020 a 2025	49
Figura 13: Distribuição Etária e por Gênero dos Inadimplentes (Agosto/2025).....	50
Figura 14: Distribuição da Inadimplência por Região no Brasil (2025).....	52
Figura 15: Quatro Pilares da Organização Financeira	56

Quadros

Quadro 1: Medidas de Política Monetária para Controle da Liquidez na Economia..	17
Quadro 2: Selic e as reações do mercado nos anos de 2020 até 2025	39
Quadro 3: Principais funções da Taxa Selic.....	40
Quadro 4:Comparativo de como a Taxa Selic impacta a rentabilidade dos investimentos	54
Quadro 5: Estratégias de investimento para ser aplicadas no dia-a-dia	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1	POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	13
2.1.1	Instrumentos da política monetária	14
2.1.2	Relação entre política monetária, juros, consumo e crédito	17
2.1.3	O papel do Banco Central do Brasil	19
2.2	TAXA BÁSICA DE JUROS E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA	21
2.2.1	Taxa Selic Over e Meta	22
2.2.2	Impactos da taxa básica de juros na economia	23
2.2.3	A taxa básica de juros e o comportamento do consumidor	24
2.3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	26
2.4	RACIONALIDADE LIMITADA	28
2.5	SÍNTESE NEOCLÁSSICA DA RACIONALIDADE	30
3	METODOLOGIA	32
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1	EVOLUÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS	37
4.1.1	Finalidade e função da taxa básica de juros na economia brasileira	39
4.1.2	Papel do Banco Central do Brasil no controle da inflação e na regulação da atividade econômica	42
4.2	VARIAÇÕES DA TAXA SELIC	42
4.2.1	Efeito das variações afetam o crédito, consumo, inadimplência e os investimentos	46
4.2.1.1	Crédito	46
4.2.1.2	Consumo	47
4.2.1.3	Inadimplência	48
4.2.1.4	Investimentos	52
4.3	ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA MITIGAR OS IMPACTOS NEGATIVOS DAS FLUTUAÇÕES DA TAXA SELIC SOBRE O COMPORTAMENTO ECONÔMICO	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira e serve como referência para todas as demais taxas praticadas no país. Suas variações impactam tanto os juros cobrados por instituições financeiras em empréstimos, quanto os rendimentos oferecidos aos investidores em aplicações financeiras. Dessa forma, a Selic exerce influência direta sobre o consumo, poupança, os investimentos e o crédito, sendo um dos principais instrumentos de condução da política monetária e de controle da inflação no Brasil (Banco Central do Brasil, 2025a).

Nesse contexto, compreender os efeitos das variações da Selic sobre a economia é fundamental. Quando a taxa básica de juros é elevada, o custo do crédito aumenta, desestimulando o consumo e os investimentos, uma vez que os empréstimos e financiamentos se tornam mais caros. Por outro lado, a elevação da taxa também eleva os rendimentos de aplicações de renda fixa, incentivando a poupança. Em contrapartida, quando a Selic é reduzida, o crédito se torna mais acessível, estimulando o consumo e os investimentos atrelados aos juros básicos (Mankiw, 2021b). Assim, a Selic exerce papel central na dinâmica econômica, influenciando diretamente as decisões dos agentes econômicos.

Entretanto, a análise puramente macroeconômica não é suficiente para explicar o comportamento dos consumidores. O campo das finanças comportamentais evidencia que as decisões financeiras não são determinadas apenas por fatores racionais, mas também por aspectos psicológicos e emocionais. Conceitos como racionalidade limitada e vieses comportamentais ajudam a entender por que, diante de variações na Selic, muitos indivíduos tomam decisões influenciadas por medo, euforia ou aversão à perda, em vez de seguir uma lógica estritamente racional. Diante desse contexto, o tema desta pesquisa é a análise da influência da taxa Selic nas decisões econômicas sob os princípios da economia comportamental.

Nesse sentido, compreender como os consumidores reagem às mudanças na taxa de juros exige considerar fatores cognitivos e emocionais que afetam a tomada de decisão. Essa abordagem permite analisar de forma mais completa como o consumo, a poupança e o endividamento são impactados não apenas pelas condições econômicas, mas também pelo comportamento humano. Desta forma, a educação

financeira assume papel essencial, pois pode auxiliar os indivíduos a reconhecer limitações cognitivas e reduzir a influência de vieses emocionais em suas escolhas, promovendo decisões mais conscientes de consumo, poupança e investimento.

Assim, o problema que norteia esta pesquisa é: De que forma as variações da taxa Selic influenciam as decisões econômicas dos indivíduos?

A relevância deste estudo reside em três dimensões. Sob a perspectiva econômica, a Selic é o principal instrumento de política monetária do país, afetando diretamente crédito, consumo e investimento. No aspecto social, entender o comportamento das famílias diante dessas variações é essencial para estimular práticas financeiras mais conscientes, reforçando a importância da educação financeira na redução do endividamento. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa integra conceitos da teoria econômica tradicional e das finanças comportamentais, ampliando a compreensão sobre como fatores emocionais e cognitivos afetam as decisões financeiras.

Portanto, esta investigação busca analisar como alterações na taxa básica de juros afetam as decisões de consumo, poupança e investimento das famílias brasileiras, considerando as limitações cognitivas e os vieses emocionais que influenciam essas escolhas. Os resultados esperados incluem não apenas um avanço no entendimento acadêmico do tema, mas também subsídios para formuladores de políticas públicas, instituições financeiras e programas de educação financeira, a fim de promover decisões mais alinhadas ao bem-estar econômico dos indivíduos.

Neste contexto o objetivo geral deste estudo é, analisar como as variações da taxa Selic influenciam as decisões econômicas de consumidores brasileiros, considerando os fatores comportamentais e a importância da educação financeira para escolhas mais conscientes. Para atingir o objetivo geral deste estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos que orientaram a pesquisa:

- a) Examinar a evolução da taxa básica de juros, sua finalidade e sua função na economia brasileira, destacando seu uso como instrumento da política monetária;
- b) Apresentar o papel do Banco Central do Brasil, evidenciando como este utiliza a taxa Selic no controle da inflação e na regulação da atividade econômica;
- c) Investigar os fatores que provocam variações da taxa Selic, bem como afetam o crédito, consumo, inadimplência e os investimentos;

d) Propor estratégias de educação financeira que auxiliem os consumidores a compreender os impactos da Selic, favorecendo decisões mais conscientes e equilibradas de consumo, poupança e investimento;

Além desta introdução, apresenta-se a revisão da literatura, que aborda os principais conceitos relacionados à tomada de decisão e educação financeira, destacando como esses fatores influenciam o comportamento econômico dos indivíduos frente às variações da taxa básica de juros. Em seguida, é descrita a metodologia da pesquisa, que contempla os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados, bem como a abordagem quantitativa e qualitativa utilizada para identificar os impactos da Selic nas decisões de consumo e investimento.

Na sequência, são expostos os resultados obtidos, com a apresentação de tabelas, quadros e interpretações que evidenciam as relações encontradas entre a taxa de juros e o comportamento financeiro das famílias brasileiras. Por fim, apresenta-se as considerações finais deste estudo, evidenciam que as variações da taxa Selic influenciam diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos, afetando o consumo, o crédito e os investimentos, de acordo com o nível dos juros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta os conceitos fundamentais que embasarão o trabalho, abordando todas as informações essenciais sobre a taxa Selic. A partir desse estudo, será possível estabelecer uma base sólida de conhecimento e aplicação prática, permitindo a tomada de decisões financeiras mais conscientes e eficazes para alcançar resultados esperados.

2.1 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Segundo Nogami e Passos (2016), a política monetária é o conjunto de ações do governo para controlar a quantidade de dinheiro em circulação e as taxas de juros, com o objetivo de manter a economia equilibrada. Para compreender como isso é feito na prática, é necessário entender os instrumentos utilizados pelo Banco Central. Para Moreira e Caparroz (2024), a política monetária é usada pelo Banco Central para influenciar a economia por meio da taxa de juros, que muda quando há alteração na quantidade de dinheiro em circulação. Ela pode ajudar a aumentar a renda em momentos de crise ou diminuir a inflação, quando a economia está aquecida.

Na prática, o Banco Central do Brasil atua diariamente no mercado por meio da compra e venda de títulos públicos, uma de suas ferramentas mais utilizadas para controlar a liquidez no sistema financeiro. Essa atuação está alinhada à taxa Selic Meta, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que serve como referência para o custo do dinheiro entre uma reunião ordinária e outra do Comitê. Conforme destaca Carrete (2019), o Banco Central também pode intervir entre as reuniões do Copom, caso haja um viés definido, ajustando a taxa por meio de seus instrumentos para mantê-la próxima do valor estabelecido.

Nesse cenário de atuação do Banco Central, compreender o fenômeno da inflação torna-se essencial. Baseado em Vasconcellos e Braga (2023), define-se inflação como o aumento contínuo e generalizado dos preços de bens e serviços em um país, uma elevação que afeta diversos setores da economia por um certo período. O oposto da inflação é a deflação, que representa uma queda geral e constante nos preços.

Diante da inflação, o Banco Central ajusta a taxa de juros, como explicam Moreira e Caparroz (2024). Quando a inflação está em alta, os juros geralmente sobem para desacelerar a economia, já em momentos de crise, os juros são reduzidos para estimular o consumo e o crescimento. Quando quer estimular a economia, adota uma política expansionista, com mais dinheiro no mercado e juros mais baixos, e quando quer desestimular a economia atua de forma inversa contendo a inflação, o que é chamado de política contracionista, reduzindo a oferta de moeda e elevando os juros. Com base nessas diretrizes, é possível compreender como diferentes posturas da política monetária, especialmente a expansionista, podem influenciar diretamente o comportamento dos agentes econômicos e o desempenho da economia como um todo.

Segundo Lopes (2018), essa abordagem aumenta a quantidade de moeda em circulação e reduz a taxa de juros, promovendo ajustes nos portfólios dos agentes econômicos. Com os juros mais baixos, o crédito se torna mais acessível, os investimentos aumentam e há crescimento da demanda agregada, o que impulsiona a produção e a geração de renda, esse ciclo é conhecido como o mecanismo de transmissão da política monetária.

De acordo com Vasconcellos e Braga (2023), o mecanismo de transmissão da política monetária explica como as decisões do Banco Central, ao alterar a quantidade de dinheiro na economia, influenciam fatores como o consumo, o investimento, o nível de emprego e os preços. Quando o Banco Central reduz a taxa Selic para estimular a economia (política expansionista), o crédito fica mais barato, incentivando o consumo e os investimentos, o que aumenta a demanda agregada. Por outro lado, quando ele eleva a Selic para conter a inflação (política contracionista), o crédito se torna mais caro, desestimulando o consumo e reduzindo a pressão sobre os preços. Esse efeito ocorre também por meio dos canais de crédito: quanto maior o acesso ao crédito pelas pessoas e empresas, maior será o impacto das decisões do Banco Central sobre a economia.

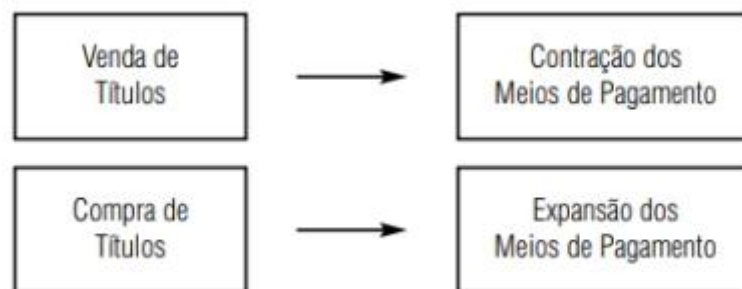
2.1.1 Instrumentos da política monetária

Para alcançar seus objetivos, principalmente o controle da inflação, o Banco Central utiliza alguns instrumentos que influenciam o nível de atividade econômica,

especialmente a demanda agregada. Ao afetar o consumo e os investimentos, esses instrumentos impactam diretamente os preços na economia. De forma geral, o Banco Central conta com três principais ferramentas para conduzir a política monetária e garantir a estabilidade econômica como *open market* (mercado aberto), depósito compulsório e taxa de redesconto (Mori, 2021).

É no mercado aberto que o Banco Central do Brasil atua comprando e vendendo títulos públicos como forma de controlar a quantidade de dinheiro em circulação, o que ajuda a controlar os juros. Quando realiza a compra desses títulos, injeta recursos no sistema bancário, aumentando a liquidez da economia, o que tende a reduzir as taxas de juros. Por outro lado, ao vender títulos, o Banco Central retira dinheiro do mercado, diminuindo a liquidez e, conseqüentemente, elevando as taxas de juros (Carrete, 2019). A seguir, a Figura 1 ilustra esse mecanismo de forma simplificada:

Figura 1: Efeito da compra e venda de títulos públicos em relação aos meios de pagamento

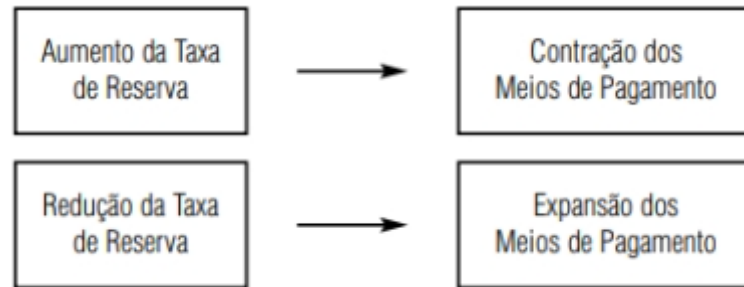


Fonte: Nogami e Passos (2016).

Baseado em Mori (2021), depósito compulsório é quando as instituições financeiras são obrigadas a manter parte dos depósitos à vista como reserva, que é formada por dinheiro em espécie e por recursos mantidos em contas no Banco Central. Isso limita quanto eles podem emprestar, controlando a quantidade de dinheiro em circulação. Essa reserva serve como garantia de segurança no sistema bancário. O restante dos depósitos pode ser usado para realizar empréstimos e financiamentos. Quando os bancos concedem crédito, os valores são depositados na conta dos clientes e passam a circular na economia. Esse dinheiro retorna ao sistema bancário na forma de novos depósitos, permitindo a concessão de mais crédito. Esse ciclo se repete diversas vezes, aumentando os meios de pagamento disponíveis e

expandindo o volume de dinheiro na economia, o que caracteriza o chamado efeito multiplicador. A seguir na Figura 2, pode-se observar essa relação.

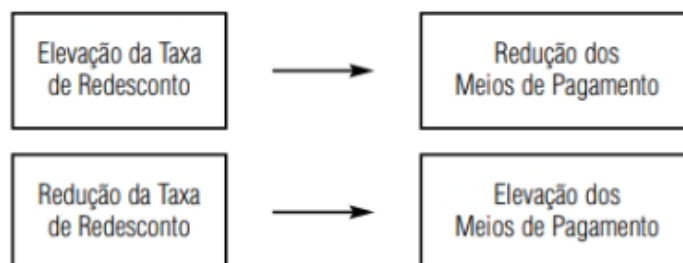
Figura 2: Efeito do aumento e redução da taxa de reserva em relação aos meios de pagamentos



Fonte: Nogami e Passos (2016).

Taxa de redesconto é a taxa de juros cobrada nas operações ao conceder empréstimos às instituições financeiras para ajudá-las a manter o equilíbrio de caixa em momentos de alta demanda por saques, fornecendo uma liquidez. Esse instrumento pode ser utilizado para estimular a atividade econômica, ampliando o crédito de longo prazo para setores estratégicos. No Brasil, o redesconto tem sido mais usado como suporte financeiro a bancos que enfrentam dificuldades temporárias, ajudando a manter a estabilidade do sistema financeiro (Assaf Neto, 2025). A seguir, na Figura 3, pode-se observar o efeito do controle da liquidez, ou seja, a quantidade de dinheiro em circulação.

Figura 3: Efeito da elevação e da redução da taxa de redesconto em relação aos meios de pagamento



Fonte: Nogami e Passos (2016).

A seguir, o Quadro 1 apresenta os três principais instrumentos de política monetária utilizados pelo Banco Central e suas respectivas ações conforme o tipo de

política adotada.

Quadro 1: Medidas de Política Monetária para Controle da Liquidez na Economia

Política monetária		
	EXPANCIONISTA Maior Liquidez	RESTRITIVA Menor Liquidez
Depósitos Compulsórios	Diminui o percentual de recolhimento	Aumenta o percentual de recolhimento
Mercado Aberto (Open Market)	Governo injeta dinheiro na economia adquirindo títulos públicos	Governo retira dinheiro da economia vendendo títulos públicos
Política de Redesconto Bancário	Autoridade monetária reduz a taxa de juros e aumenta o prazo da operação	Autoridade monetária aumenta a taxa de juros e reduz o prazo da operação

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2025, p. 26).

O Quadro 1 mostra os três instrumentos que o Banco Central utiliza para controlar a política monetária e a quantidade de dinheiro na economia. Em uma política expansionista, para estimular a economia, ele reduz os depósitos compulsórios, compra títulos públicos e facilita o crédito, diminuindo juros e ampliando prazos. Já em uma política restritiva, para conter a inflação, aumenta os depósitos compulsórios, vende títulos públicos e encarece os empréstimos aos bancos. Essas ações visam equilibrar o crescimento econômico e o controle dos preços (Assaf Neto, 2025).

2.1.2 Relação entre política monetária, juros, consumo e crédito

De acordo com Assaf Neto (2025, p. 65), o mercado financeiro é o espaço onde acontecem as negociações com dinheiro, títulos, ações, moedas estrangeiras e outros ativos. Ele é organizado por diferentes instituições, como Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e a Comissão de Valores Mobiliários, além de bancos, corretoras e bolsa de valores.

O sistema financeiro é formado por um conjunto de instituições que utilizam instrumentos financeiros para realizar suas operações, facilitando a movimentação de recursos entre os agentes econômicos. Ele atua transferindo recursos de quem tem dinheiro disponível para poupar ou investir (os aplicadores) para aqueles que precisam de recursos, como empresas ou investidores. Além disso, essas instituições

são responsáveis por garantir que os diversos tipos de títulos financeiros possam ser facilmente negociados, assegurando a liquidez no mercado (Nogami; Passos, 2016).

Conforme Mankiw (2021a), o Banco Central tem um papel importante no controle monetário, como da quantidade de dinheiro em circulação, mas esse controle não é exato. Mesmo com suas ações, a oferta de dinheiro pode mudar por outros fatores, como as decisões dos bancos e das famílias. Por exemplo, se os bancos decidirem guardar mais dinheiro em reserva e não o emprestar, a quantidade de dinheiro disponível na economia diminui. Da mesma forma, se as famílias preferirem guardar dinheiro em casa, em vez de deixá-lo no banco, isso também reduz a circulação de dinheiro. Essas escolhas alteram a relação entre o que os bancos guardam e o que emprestam, afetando a oferta de dinheiro.

A relação entre a taxa de juros e o crédito é direta e relevante. Quando o Banco Central aumenta a Selic, o crédito bancário se torna mais caro, pois os bancos repassam esse custo aos consumidores e empresas. Por outro lado, quando a Selic é reduzida, o crédito se torna mais acessível, estimulando a tomada de empréstimos e financiamentos. Segundo Vasconcellos e Braga (2023), essa dinâmica influencia o volume de recursos disponíveis na economia, contribuindo para estimular ou conter o consumo e o investimento, conforme os objetivos da política monetária vigente.

O crédito pode ser definido, de maneira geral, como a troca de um bem disponível no momento pela promessa de um pagamento futuro, e a operação de crédito envolve dois elementos: credor e o devedor (Silva; Luiz, 2017). O Crédito é um termo ligado à confiança, pois vem da palavra “crer”, que significa acreditar. No sentido financeiro, crédito é quando uma pessoa ou empresa recebe dinheiro emprestado para pagar contas, fazer investimentos ou comprar algum bem. Esse dinheiro é liberado com a expectativa de que será devolvido no futuro, de acordo com regras combinadas entre quem empresta e quem recebe (CVM, 2018).

Segundo Nogami e Passos (2016), o mercado de crédito, engloba todas as operações de financiamento e empréstimo de curto e médio prazos, voltadas tanto para a compra de bens de consumo imediato quanto de bens duráveis, além de atender às necessidades de capital de giro das empresas. As instituições que atuam nesse setor incluem os bancos comerciais, os bancos de investimento e as financeiras, que são especializadas em oferecer crédito ao consumidor e financiar a aquisição de bens duráveis.

O consumo das famílias e os investimentos das empresas são fortemente impactados pelas oscilações da taxa de juros. Juros mais baixos incentivam a aquisição de bens duráveis, o aumento da produção e a geração de empregos, ao passo que juros elevados tendem a desestimular o consumo e frear o crescimento econômico, em geral o brasileiro busca crédito e consumo, investimento e poupança ficam em segundo plano. Moreira e Caparroz (2024) destacam que, em contextos de inflação elevada, o aumento da taxa Selic visa conter a demanda agregada e, assim, reduzir as pressões inflacionárias. Já em momentos de desaceleração econômica, a redução dos juros busca justamente reverter esse quadro, promovendo estímulos ao crédito e ao consumo.

De acordo com Maia (2024) o aumento da taxa Selic influencia diretamente o consumo das famílias, pois eleva o custo do crédito e encarece financiamentos. Com os juros mais altos, muitos consumidores preferem adiar compras ou buscar opções mais baratas, reduzindo a demanda. Essa queda no consumo afeta o varejo e repercute em toda a cadeia produtiva.

2.1.3 O papel do Banco Central do Brasil

Segundo Silva e Luiz (2017), o Banco Central do Brasil foi criado em 31 de dezembro de 1964, a partir da antiga Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC). Entre suas atribuições, destacam-se: emitir papel-moeda supervisionar e regulamentar as instituições financeiras, organizar o serviço de compensação de cheques, realizar operações de compra e venda de títulos públicos federais como instrumento de política monetária, efetuar operações de crédito à federação, controlar capitais estrangeiros, garantir o bom funcionamento do mercado cambial, zelar pelo equilíbrio do balanço de pagamentos e negociar títulos de empresas estatais e sociedades de economia mista.

Para Carvalho (2015) o Banco Central do Brasil é considerado o banco dos bancos, o mais importante do país, responsável por emitir as cédulas e moedas em circulação, controla a quantidade de dinheiro que circula na economia e mantém o dinheiro em boas condições de uso. Quando há excesso de dinheiro circulando, podem surgir problemas na economia, causando uma inflação.

Para controlar a inflação, o Banco Central do Brasil executa a estratégia definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por formular as diretrizes das políticas monetária e de crédito no país. Instituído em 1964, pela mesma legislação que criou o Banco Central, o CMN é composto pelo ministro da Fazenda, que atua como presidente, pelo presidente do Banco Central e pelo ministro do Planejamento e Orçamento (Banco Central do Brasil, 2025d).

Ainda para o mesmo autor, existe o Comitê de Política Monetária (Copom) que é um órgão do Banco Central do Brasil responsável por definir a taxa básica de juros da economia, conhecida como Selic. A cada 45 dias, o comitê se reúne para analisar a situação econômica do país e tomar decisões que influenciam diretamente o controle da inflação. Durante as reuniões, os membros do Copom, formados pelo presidente e diretores do Banco Central, recebem análises técnicas sobre a economia brasileira e internacional, informações sobre o mercado financeiro e as condições de liquidez. Com base nesse conjunto de dados, os membros discutem e votam a decisão sobre a taxa Selic. O objetivo principal dessas decisões é manter a inflação dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O Comitê de Política Monetária é o órgão do Banco Central do Brasil responsável por colocar em prática a política monetária do país. A principal função do Copom é definir a meta da Taxa Selic, traçar as diretrizes que orientam a política monetária do país e acompanhar de perto a evolução da inflação, avaliando seu comportamento e possíveis impactos sobre a economia. Essa decisão é muito importante, pois influencia o controle da inflação e o comportamento da economia como um todo (Anbima, 2018).

Baseado em Assaf Neto (2025), o Copom analisa o relatório de inflação que pode indicar uma tendência de alta ou de baixa da taxa Selic entre uma reunião e outra. Caso essa tendência seja indicada, o presidente do Banco Central pode ajustar a taxa Selic nesse mesmo sentido (aumentar ou diminuir) sem precisar reunir o comitê novamente. Mas se não for indicada nenhuma tendência, qualquer mudança na taxa só pode acontecer na próxima reunião oficial do Copom. Para decidir sobre mudanças na taxa de juros, o Copom analisa três tipos principais de informações como conjuntura, mercado cambial e mercado financeiro.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2025a), uma de suas missões é assegurar que o sistema financeiro seja sólido, tenha capital suficiente para arcar com

seus compromissos e seja eficiente. As instituições financeiras precisam manter contas no Banco Central. Essas contas são monitoradas para que as transações financeiras aconteçam com fluidez e para que as próprias contas não fechem o dia com saldo negativo. O Banco Central gerencia o meio circulante, que nada mais é do que garantir, para a população, o fornecimento adequado de dinheiro em espécie.

Ainda baseado nos mesmos autores, essas ferramentas afetam a demanda agregada, que é a soma de tudo o que é consumido e investido no país. Quando a demanda está muito alta, pode causar inflação; quando está baixa, a economia pode desacelerar.

2.2 TAXA BÁSICA DE JUROS E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA

Conforme Banco Central do Brasil (2025a), a taxa Selic é a principal taxa de juros do Brasil, serve como referência para todas as outras taxas do país, como as cobradas em empréstimos, financiamentos e investimentos. Ela é usada pelo Banco Central para controlar emissão, compra e venda de títulos. Representa a média dos juros cobrados em operações de um dia entre instituições financeiras, usando títulos públicos como garantia. O Banco Central é o gestor e faz essas operações todos os dias para garantir que a taxa praticada no mercado fique próxima da meta definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne a cada 45 dias para decidir se a taxa deve subir, cair ou se manter.

Segundo Farias e Ornelas (2015), o Banco Central tende a elevar a taxa básica de juros (Selic) quando identifica pressões inflacionárias, e a reduzi-la quando a inflação se mantém sob controle e próxima da meta estabelecida. No primeiro cenário, a política monetária é caracterizada como contracionista; no segundo, como expansionista. Cabe ressaltar que há outros fatores que influenciam a inflação, mas que escapam ao controle do Banco Central, como choques de oferta, política fiscal e o ritmo de crescimento da economia mundial.

O mercado financeiro é o espaço onde acontecem negociações com dinheiro, títulos, ações, moedas estrangeiras, empréstimos e investimentos. Ele é formado por instituições que criam regras, oferecem crédito ou fazem a intermediação dessas negociações. É dividido em dois principais tipos: o mercado monetário, que trabalha com aplicações de curto prazo e dinheiro rápido, e o mercado de capitais, que envolve

investimentos de longo prazo, como ações e financiamentos. Também fazem parte dele o mercado de câmbio e o mercado de crédito (Assaf Neto, 2025).

Ainda baseado no mesmo autor, a análise da conjuntura, ou seja, atividade econômica, envolve o estudo de diversos indicadores, como o desempenho das finanças públicas, os índices gerais de preços (inflação), e outros dados que ajudam a entender o comportamento da economia, como produção, consumo, investimento e emprego.

2.2.1 Taxa Selic Over e Meta

Conforme Research XP (2024), a Selic Meta é considerada a principal taxa de juros da economia brasileira, servindo de referência para a formação das demais taxas praticadas no país, afetando os investimentos, empréstimos, financiamentos, poupança e os rendimentos. Quando a Selic Meta é elevada, o custo do dinheiro aumenta, o que tende a desestimular os investimentos, afetar negativamente a geração de empregos e impactar outros indicadores econômicos. Assim, ao se mencionar a redução da Selic, está-se referindo à Taxa Meta, definida nas reuniões periódicas do Comitê de Política Monetária (Copom).

O principal instrumento usado pelo Banco Central para atingir a meta de inflação – e assim executar a chamada Política Monetária - é o controle sobre a taxa Selic (de um dia ou overnight), também chamada de taxa básica. Assim, o Copom define uma meta para a taxa Selic a cada reunião, que normalmente ocorre aproximadamente a cada 45 dias (Farias;Ornelas, 2015, p. 46).

A taxa Selic *overnight*, também chamada de taxa *over*, é a taxa efetivamente praticada no mercado, é a média ponderada das operações de financiamento de um dia, garantidas por títulos públicos federais, realizadas no sistema Selic. Ela serve como referência para transações de curtíssimo prazo (de apenas um dia) entre os bancos e influencia diretamente na determinação do valor do CDI (Certificado De Depósito Interbancário) (Assaf Neto, 2021).

De acordo com Nogami e Passos (2016), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o indicador utilizado como referência para a meta de inflação, através do IPCA, é possível entender se itens básicos de consumo das pessoas – como vestuário, alimentação, saúde e transporte – estão sofrendo alta ou queda nos

preços. Caso a meta estabelecida não seja cumprida, o presidente do Banco Central do Brasil deve encaminhar uma carta aberta ao ministro da Fazenda, detalhando as causas do descumprimento, as medidas adotadas para reconduzir a inflação aos limites definidos e o prazo esperado para que essas ações produzam efeito. Além disso, o Banco Central é responsável por publicar, até o último dia de cada trimestre, o Relatório de Inflação, no qual apresenta a análise do cumprimento do regime de metas, os resultados das políticas monetárias anteriores e as projeções para a inflação futura.

As decisões de política monetária do Copom passaram a ter como um de seus objetivos o cumprimento das “metas de inflação” definidas pelo Conselho Monetário Nacional, essas metas estabelecem um intervalo desejado para o nível da inflação na economia. Se as metas não forem alcançadas, o Banco Central é obrigado a elaborar um relatório explicando os motivos do não cumprimento e as medidas adotadas para trazer a inflação de volta ao intervalo estabelecido (Assaf Neto, 2021).

2.2.2 Impactos da taxa básica de juros na economia

A inflação, por ser um problema de natureza macroeconômica que impacta o bem-estar de toda a sociedade, torna-se uma preocupação central para o governo. Existem duas principais abordagens para o seu controle: a contração da demanda e o controle de preços e salários. A redução da demanda pode ser alcançada por meio da adoção de políticas monetária e fiscal contracionistas, o que leva à diminuição dos níveis de produção e emprego na economia. Já o controle de preços e salários pode gerar efeitos positivos no curto prazo; entretanto, no longo prazo, tende a resultar em desequilíbrios que alimentam a inflação (Nogami; Passos, 2016).

Conforme CNN Brasil (2023b), a Selic influencia o consumo das famílias de diversas maneiras. Quando o Banco Central reduz a Selic, os juros de empréstimos e financiamentos caem, tornando o crédito mais barato, pegar dinheiro emprestado fica mais barato e o consumo é estimulado. Isso incentiva os consumidores a buscar financiamentos para adquirir bens duráveis, como carros e imóveis. Por exemplo, com a redução da Selic de 13% para 10%, os juros dos financiamentos caem, tornando as parcelas mais acessíveis. Isso facilita a compra de veículos pelos consumidores, impulsionando o setor automotivo. Também, quando a taxa Selic sobe, os juros

cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de créditos ficam mais altos, isso acaba desestimulando o consumo e favorece a queda da inflação.

Ainda baseado no mesmo autor, a taxa Selic é fundamental para determinar os juros cobrados pelas instituições financeiras. Quando a Selic está alta, os juros de empréstimos e financiamentos também sobem, tornando o crédito mais caro. Isso desestimula consumidores e empresas a pegar empréstimos, o que reduz o consumo e o investimento. Já quando a Selic é baixa, as taxas de juros diminuem, tornando o crédito mais atrativo. Isso pode incentivar as pessoas a tomarem empréstimos e as empresas a investirem. Por exemplo, uma empresa que quer comprar maquinário encontra melhores condições de financiamento quando a taxa está em 5% do que em 12%.

Conforme Banco Central do Brasil (2025b), a taxa de câmbio influencia a inflação de duas formas: primeiro, com a queda nos preços dos bens importados; segundo, com a diminuição da demanda por produtos nacionais, já que exportar se torna menos vantajoso e importar mais atrativo. Assim, a demanda interna diminui, reduzindo a pressão sobre os preços. Quando a taxa de juros sobe, a moeda nacional tende a se valorizar, tornando o dólar mais barato em relação ao real. Com isso, os preços dos produtos importados e dos insumos utilizados na produção interna diminuem, contribuindo para a redução dos custos na economia.

A taxa Selic também afeta os investimentos, especialmente os de renda fixa. Quando a Selic está alta, os investimentos em títulos públicos e outros produtos de renda fixa oferecem rendimentos mais altos, atraindo investidores. Porém, quando a Selic é baixa, os rendimentos desses investimentos caem, fazendo com que alguns investidores busquem opções mais rentáveis. Por exemplo, um investidor que busca segurança pode escolher um fundo atrelado à Selic quando ela está em 8% ao ano. Se a Selic cair para 3%, ele pode procurar outras alternativas com maior retorno (CNN Brasil, 2023b).

2.2.3 A taxa básica de juros e o comportamento do consumidor

Segundo Assaf Neto (2025), a renda corresponde à remuneração dos agentes que, de alguma maneira, contribuem para o processo produtivo de uma economia. Representa as receitas em dinheiro que compensam serviços prestados, como

salários, juros sobre capital emprestado, lucros que vem dos investimentos e de outros tipos de retornos financeiros.

O investimento é o ato de aumentar o capital aplicando recursos em áreas que ajudam a expandir a capacidade de produção de um país, o que gera mais riqueza no futuro. Ele pode ser feito em bens de capital, como máquinas e equipamentos (chamado de formação bruta de capital fixo), ou também na criação de estoques, é a criação de riqueza (Assaf Neto, 2021).

Conforme Assaf Neto (2025), a poupança pode ser definida como a parcela da renda dos agentes econômicos que não é destinada ao consumo imediato de bens e serviços. Trata-se da postergação do consumo atual, motivada pela expectativa de necessidades ou investimentos futuros. Na análise da poupança, também se considera a renda gerada, mas não transferida diretamente aos proprietários, como ocorre nos casos dos lucros retidos pelas empresas, que são reinvestidos no próprio negócio.

De acordo com Assaf Neto (2021), a taxa de juros pode ser compreendida como o preço do dinheiro. Em uma operação financeira, o juro representa a remuneração paga pelo tomador de um empréstimo ao investidor ou aplicador dos recursos. Da mesma forma, os agentes econômicos são envolvidos em decisões entre poupar e consumir, devendo definir o nível de renda a poupar e os ativos a adquirir.

Segundo Gremaud (2007), a influência da taxa de juros sobre a demanda por moeda está relacionada ao fato de que a moeda é considerada um ativo diferente de outros. Ela é uma das alternativas que as pessoas têm para guardar sua riqueza. Por exemplo, se existissem apenas dois tipos de ativos na economia — moeda e títulos — com características distintas, como a moeda não render juros, mas ser completamente líquida, e os títulos renderem juros, mas serem menos líquidos, a taxa de juros representaria a preferência pela liquidez. Em outras palavras, a taxa de juros seria o valor necessário para convencer uma pessoa a trocar a liquidez da moeda pelos títulos. Essa é a ideia central da teoria da "Preferência pela Liquidez", proposta por Keynes.

Para ser bem-sucedido com os investimentos, é preciso entender que nossa mente tem vieses que dificultam a tomada correta de decisão. Nossa mente não costuma ser uma boa conselheira, pois as emoções tendem a aflorar em momentos indevidos. A certeza vem quando devíamos ter dúvidas (e vice-versa); a ganância, quando devíamos "realizar lucros"; o medo, quando devíamos começar a comprar (Iglesias; Padovesi, 2024, p. 29).

A quantidade demandada de um bem é diretamente influenciada por seu preço. Em geral, espera-se que, quanto maior for o preço de um produto, menor será a quantidade que os consumidores estarão dispostos a adquirir. Por outro lado, quanto mais baixo for o preço, maior tende a ser a quantidade demandada desse bem (Nogami, 2016).

Para Editorial (2024), a dificuldade em compreender como funcionam os juros e o acúmulo de dívidas pode levar muitas pessoas a contraírem obrigações financeiras elevadas, sem avaliar adequadamente os impactos futuros. Essa falta de percepção pode resultar em sérias dificuldades econômicas e levar o indivíduo a um ciclo contínuo de endividamento, do qual é difícil sair.

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme InfinitePay (2025), a educação financeira é o processo de adquirir conhecimentos e habilidades para utilizar o dinheiro de forma consciente e estratégica. Envolve organizar o orçamento, planejar investimentos e tomar decisões que evitem o endividamento, promovendo segurança e equilíbrio financeiro. Mais do que saber fazer contas, significa entender como o dinheiro circula e como fazer escolhas de consumo responsáveis.

Ainda sobre o mesmo autor, a educação financeira promove autonomia e responsabilidade econômica, prevenindo decisões impulsivas e uso inadequado do crédito. Com apenas 35% dos brasileiros considerados financeiramente alfabetizados, segundo a S&P Global Financial Literacy Survey, ampliar esse conhecimento é essencial para o bem-estar das famílias. Ao aprender sobre planejamento financeiro, controle de gastos e investimentos, indivíduos, empreendedores e a sociedade podem tomar decisões mais conscientes, evitar endividamento e contribuir para o crescimento econômico sustentável, como ilustrado na Figura 4.

Figura 4: Benefícios da Educação Financeira



Fonte: InfinitePay (2025).

A Figura 4 evidencia como a educação financeira gera benefícios distintos para diferentes atores da economia. Para a sociedade, contribui na redução do endividamento, estimula o consumo responsável e fortalece a economia como um todo. Para o indivíduo, auxilia no controle de gastos, na diminuição do estresse financeiro e no planejamento de metas de curto e longo prazo. Já para os empreendedores, promove uma gestão eficiente de receitas e despesas, reduz riscos financeiros e facilita o planejamento do crescimento dos negócios. Dessa forma, a educação financeira se apresenta como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

De acordo com Iglesias e Padovesi (2024), o dinheiro tem um significado único para cada pessoa, moldado pelas experiências econômicas vividas. Quem enfrentou dificuldades financeiras na infância tende a ser mais cauteloso e poupar. Já aqueles que cresceram em períodos de prosperidade costumam consumir mais, buscando satisfazer desejos e prazer imediato. Essas influências ajudam a entender as diferenças no comportamento financeiro entre os seres humanos.

Segundo Nogami (2016), entende-se por necessidade humana a percepção da falta de algo acompanhada do desejo de suprir uma carência. Pela própria experiência, sabe-se que as pessoas precisam de ar, água, alimentos, roupas e abrigo

para sobreviver. Além disso, é importante destacar que não há limites para a variedade e a quantidade das necessidades humanas.

A economia comportamental é o estudo de como as pessoas tomam decisões econômicas no dia a dia, levando em conta que nem sempre elas agem de forma totalmente lógica ou racional. A combinação de conceitos da psicologia e da economia permite compreender por que, em determinadas situações, não se opta pelas alternativas mais vantajosas. Esse campo de estudo demonstra que emoções, hábitos e a forma como as informações são apresentadas exercem influência sobre as decisões, resultando em comportamentos que divergem das previsões feitas pelos modelos econômicos tradicionais (Kenton, 2024).

2.4 RACIONALIDADE LIMITADA

Conforme Sen (2011, *apud* Warpechowski, 2018) racionalidade limitada é ideia de que as pessoas nem sempre tomam decisões racionais pode ser explicada pela limitação de foco, atenção e disposição para buscar as informações necessárias. Isso significa que, as escolhas dos indivíduos não são totalmente racionais, pois eles podem não estar suficientemente concentrados ou motivados para analisar todas as alternativas e consequências possíveis.

De acordo com Souza Netto (2025), teoria clássica de racionalidade, influenciada pela economia neoclássica, relata que os indivíduos conseguem acessar todas as informações e avaliar todas as opções para tomar a melhor decisão. No entanto, essa visão não leva em conta limitações como tempo, complexidade e a capacidade cognitiva limitada das pessoas. Herbert Simon, então, introduziu o conceito de "racionalidade limitada", sugerindo que as pessoas buscam soluções boas o suficiente, em vez da otimização perfeita.

Os vieses comportamentais são formas que o nosso cérebro encontra para facilitar a tomada de decisões no dia a dia. Como estamos o tempo todo fazendo escolhas, ele desenvolve maneiras de tornar esse processo mais rápido. Para isso, utiliza as heurísticas, que são como "atalhos mentais" que ajudam a entender e avaliar as informações de forma mais simples. Apesar de ajudarem a decidir com mais agilidade, esses atalhos também podem levar a erros ou decisões menos racionais, pois simplificam demais a realidade (Souza, 2024).

Segundo Lima, Reis e Trevisan (2020), a forma do consumidor se comportar pode ser comparado a um *iceberg*, onde apenas a ação visível é percebida no mercado. Abaixo da superfície estão motivações ocultas, como crenças, hábitos, percepções e emoções. Esses fatores inconscientes influenciam diretamente as decisões de consumo. Por isso, nem sempre essas escolhas seguem a lógica racional esperada pela teoria econômica. A seguir na Figura 5, pode-se observar essa relação.

Figura 5: Metáfora do iceberg versus comportamento do consumidor



Fonte: Lima, Reis e Trevisan (2020).

Conforme destacado por Kahneman (2012), Slovic desenvolveu o conceito de heurística do afeto, onde as pessoas tomam decisões com base em seus sentimentos, muitas vezes sem perceber, em vez de refletirem racionalmente sobre uma situação, elas se perguntam se elas gostam ou como se sentem em relação a algo que tendem a comprar. Essa resposta emocional funciona como atalho mental, substituindo questões mais complexas como “isso é realmente bom ou ruim?”. Em diversas situações, as escolhas são guiadas por emoções, mesmo que a pessoa não perceba.

De acordo com Ferreira (2007), a economia tradicional enxerga os indivíduos como agentes racionais que atuam como maximizadores de utilidade, indivíduos que buscam sempre obter o maior benefício possível a partir de seus esforços. Esse comportamento pode levar a decisões pautadas no interesse próprio, ainda que isso resulte em atitudes egoístas, individualistas e com baixa preocupação com o bem coletivo.

Segundo Iglesias e Padovesi (2024), Herbert Simon, economista e Nobel de 1978, propôs o conceito de racionalidade limitada. Ele afirmava que as decisões humanas não são totalmente racionais, pois enfrentam limitações de tempo, informação e capacidade cognitiva. Assim, as pessoas buscam soluções satisfatórias, e não necessariamente as melhores. Essa ideia rompe com a visão tradicional do agente racional. A racionalidade limitada influenciou os estudos sobre decisões em contextos econômicos e organizacionais.

2.5 SÍNTESE NEOCLÁSSICA DA RACIONALIDADE

De acordo com Tardi (2023), a teoria das expectativas racionais afirma que as pessoas tomam decisões com base nas informações disponíveis e em suas experiências passadas, agindo de forma racional para fazer a melhor escolha possível. Esse conceito é usado na macroeconomia para explicar comportamentos relacionados à inflação, juros e outros fatores econômicos. A teoria parte da ideia de que os acontecimentos do passado ajudam a prever os do futuro. Por isso, acredita-se que, na maioria das vezes, as decisões tomadas com base nessas expectativas tendem a estar corretas. Assim, ela ajuda os economistas a entender como os indivíduos reagem às mudanças na economia.

Segundo Camargo (2021), a expectativa adaptativa considera que os agentes baseiam suas decisões no que ocorreu no passado, como no caso das famílias que ajustam seu consumo conforme a renda. Se a renda sobe, espera-se que o consumo acompanhe esse movimento, mesmo que com atraso. Esse tipo de comportamento foi amplamente utilizado por formuladores de políticas econômicas por ser fácil de modelar com dados históricos.

O sistema financeiro tem como função principal intermediar recursos entre quem tem dinheiro para poupar e quem precisa de crédito para investir ou consumir. Para isso, oferece instrumentos que facilitam o ato de poupar, fazer pagamentos, conseguir dinheiro com rapidez (liquidez), proteger contra riscos e aplicar recursos em atividades produtivas. No entanto, esse processo enfrenta obstáculos, como os custos das transações e a falta de informações claras entre as partes envolvidas. Esses fatores influenciam diretamente a oferta de crédito e de outros serviços financeiros (Banco Central do Brasil, 2025a).

Conforme o mesmo autor citado acima, devido à assimetria de informações, quando os bancos não sabem ao certo se o tomador pagará o empréstimo, as instituições financeiras costumam cobrar juros mais altos ou pedir garantias como condição para liberar o crédito. Isso afasta bons pagadores e dificulta o acesso de pessoas com renda instável, como autônomos e trabalhadores informais, além de micro e pequenas empresas que muitas vezes não possuem bens para oferecer como garantia. Mesmo quando essas garantias são apresentadas, ainda podem existir barreiras, como dificuldades legais e altos custos para o banco recuperar os valores em caso de inadimplência, o que continua limitando o acesso a condições melhores de crédito.

3 METODOLOGIA

Para Prodanov e Freitas (2013), a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Nesse sentido, a seguir, apresenta-se a metodologia que foi utilizada para a elaboração desta monografia, descrevendo os métodos, procedimentos e técnicas que foram adotadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Este estudo baseado nos objetivos propostos, caracterizou-se como uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória. Na pesquisa descritiva, os acontecimentos são observados, anotados, estudados, organizados e explicados sem que o pesquisador interfira neles. Assim, o estudo busca entender a realidade por meio da coleta e interpretação de informações, respeitando o curso normal dos fatos (Marconi; Lakatos, 2021). Nesse estudo, utilizou-se o método descritivo para apresentar e detalhar os principais conceitos relacionados à taxa Selic, seu funcionamento, seus impactos na economia brasileira e na vida financeira da população, com base em dados secundários e na literatura. Ainda, serviu para apresentar estratégias de educação financeira para auxiliar nas decisões mais conscientes e equilibradas de consumo, poupança e investimento.

Conforme Severino (2017), a pesquisa exploratória consiste na coleta das informações sobre um determinado assunto, delimitando um campo de estudo e identificando as condições em que esse fenômeno ocorre. No estudo, o caráter exploratório justificou-se pela busca de uma compreensão mais aprofundada das relações entre a taxa Selic e no comportamento dos consumidores nas decisões financeiras.

O método de abordagem utilizado no presente trabalho, foi classificado como dedutivo. De acordo com Gil (2019), o método dedutivo usa ideias que são aceitas como verdadeiras e sem dúvida para chegar a conclusões de maneira lógica, exclusivamente por meio da razão. Adotou-se a abordagem dedutiva, uma vez que parte de conceitos teóricos e conhecimentos consolidados – como as funções da taxa Selic e os princípios da política monetária – para, então, analisar situações específicas

e propor estratégias de educação financeira que auxiliem na tomada de decisões diante das variações da taxa básica de juros.

Os métodos de investigação presentes nesse estudo caracterizam-se como comparativo, monográfico e estatístico. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), o método comparativo tem como principal objetivo, identificar semelhanças e compreender as diferenças observadas entre os elementos analisados durante a pesquisa, permitindo uma análise comparativa mais aprofundada e contextualizada dos fenômenos estudados. Os dados comparados no estudo incluíram a variação da taxa Selic em relação ao consumo dos indivíduos, ao nível de endividamento, poupança e investimentos.

Para Gil (2019), método monográfico baseia-se na ideia de que a análise detalhada de um caso específico pode ser vista como representativa de outros casos semelhantes, ou até mesmo de todos os casos dentro de um determinado contexto. Para a presente pesquisa, o método monográfico foi utilizado para realizar uma análise aprofundada da taxa Selic nos anos (2020 até 2025), concentrando-se em seus fundamentos, funcionamento e implicações na economia brasileira.

Para Marconi e Lakatos (2021), o método estatístico serve para transformar informações complexas em dados mais simples e fáceis de analisar. Ele é usado para entender e comparar fenômenos sociais, políticos e econômicos por meio de números. Com esses dados, é possível perceber padrões e relações sobre como esses fenômenos acontecem ou o que significam. Neste estudo, o método estatístico foi utilizado para interpretar dados quantitativos relacionados à economia, como índices de inflação, variações na taxa Selic, taxas de juros e outros indicadores financeiros. A partir desses dados, foi possível identificar padrões, relações e tendências que ajudaram a compreender como as mudanças na taxa Selic influenciam nas decisões econômicas dos agentes.

Para coletar os dados foram utilizadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Para Magalhães Junior e Batista (2023), pesquisa documental é um tipo de análise de documentos, contemporâneos aos fatos investigados ou produzidos posteriormente, desde que considerados cientificamente autênticos e livres de fraudes, com objetivo de descrever ou comparar fenômenos sociais, identificando suas características e tendências. Os dados da pesquisa foram extraídos de plataformas governamentais e institucionais, como o Banco Central, ANBIMA entre outras fontes reconhecidas pela sua confiabilidade e relevância científica.

A pesquisa bibliográfica, tipo de pesquisa realizada com base em registros já disponíveis, provenientes de investigações anteriores, presentes em documentos impressos, como livros, artigos científicos, dissertações e teses. Esse modelo de pesquisa utiliza dados ou categorias teóricas previamente desenvolvidas por outros estudiosos e devidamente documentadas. Os textos analisados passam a ser fontes para a formulação dos temas a serem investigados, permitindo ao pesquisador desenvolver seu trabalho a partir das contribuições dos autores presentes nos estudos já publicados (Severino, 2017). O referencial teórico foi elaborado utilizando pesquisas em sites acadêmicos, artigos científicos, estudos empíricos, livros digitais e físicos para melhor compreensão dos temas tratados que estão presentes no desenvolvimento deste trabalho.

A análise dos dados neste estudo foi realizada por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para Prodanov e Freitas (2013), pesquisa quantitativa refere-se a tudo que pode ser medido com números, transformar opiniões e informações em dados numéricos, para que possam ser organizados e analisados. No presente trabalho, os dados numéricos empregados compreendem indicadores econômicos como a variação da taxa Selic, índices de inflação (IPCA), taxas de juros do crédito ao consumidor, endividamento das famílias, consumo e de investimentos, além de séries históricas relacionadas à poupança e à renda das famílias. Esses dados foram obtidos em fontes oficiais como o Banco Central do Brasil e outras instituições de pesquisa, com o objetivo de analisar de que forma as mudanças na taxa Selic influenciaram as decisões dos consumidores.

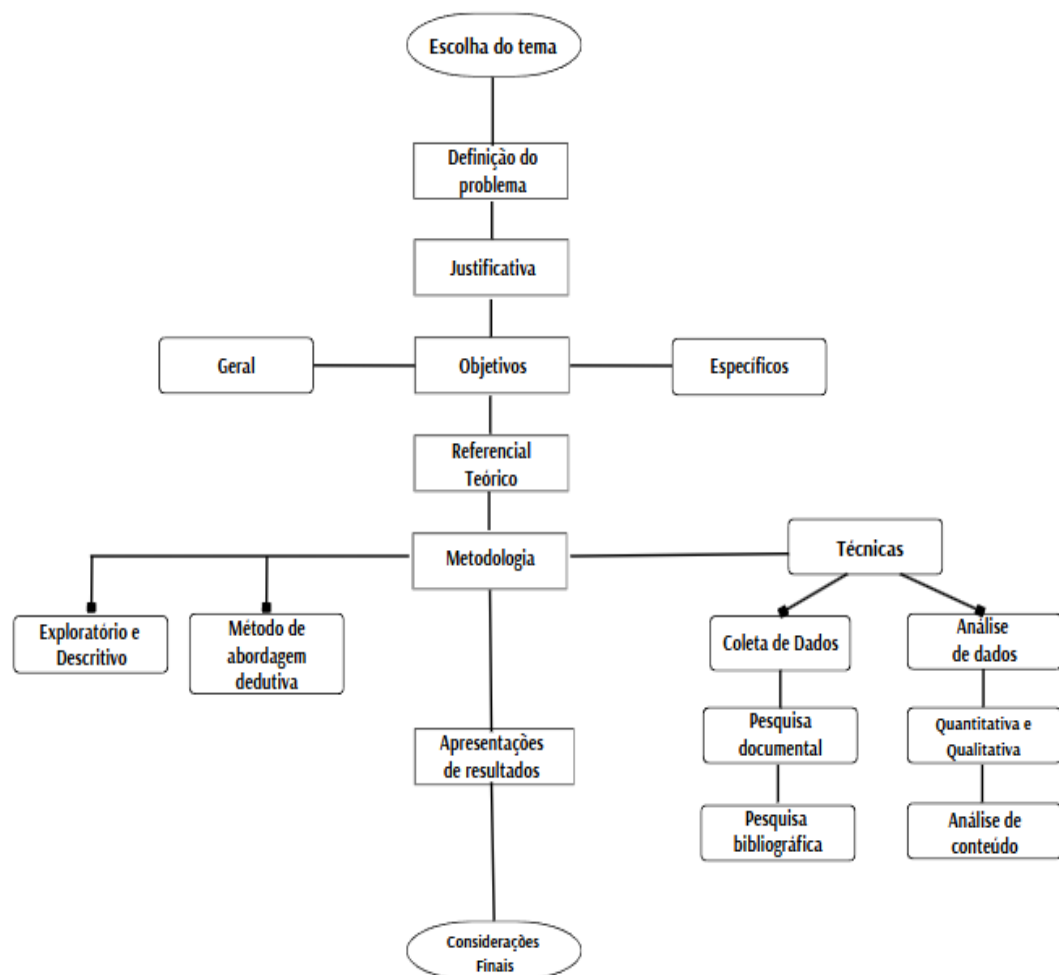
Pesquisa qualitativa é um estudo onde os dados são obtidos diretamente no ambiente onde o fenômeno acontece, o que exige um trabalho de campo mais demorado e complexo. As situações são analisadas no contexto em que ocorrem, sem qualquer interferência ou manipulação por parte do pesquisador. Diferente da abordagem quantitativa, nessa pesquisa o foco está em descrever a realidade da forma mais completa possível, analisar os dados, orientar, coletar e analisar (Prodanov; Freitas, 2013). Na análise qualitativa, buscou-se compreender como as variações da taxa Selic influenciam as percepções e decisões dos consumidores quanto ao consumo, à poupança e aos investimentos.

Ainda, para analisar os dados foi utilizada a análise de conteúdo, que de acordo com Severino (2017), é uma forma de estudar e entender informações que aparecem em diferentes tipos de comunicação, como textos escritos, falas, imagens ou gestos.

Esse método busca entender os significados de mensagens e o que elas revelam sobre o comportamento e as ações das pessoas. A análise de conteúdo serviu para interpretar os dados qualitativos e quantitativos da pesquisa. Para a apresentação, análise e validação dos dados, foram utilizados instrumentos como o Excel, com a elaboração de tabelas e gráficos que facilitaram a visualização e interpretação das informações.

Para aprimorar a compreensão do tema, a seguir apresenta-se a elaboração de um fluxograma, mostrando as etapas da pesquisa que foram desenvolvidas, desde o início do projeto até o final, na conclusão do estudo, conforme a figura 6 a seguir.

Figura 6 – Etapas da Pesquisa



Fonte: A autora (2025).

Pode-se observar no fluxograma a sequência para o desenvolvimento desta monografia. A pesquisa foi desenvolvida seguindo algumas etapas, iniciando-se com a escolha do tema, o qual direcionou o estudo. Em seguida, realizou-se a definição do

problema, que permitiu delimitar o foco da pesquisa, e elaborou-se a justificativa, ressaltando a relevância do trabalho. A partir disso, foram definidos os objetivos gerais e específicos, que orientaram as etapas posteriores. Posteriormente, construiu-se o referencial teórico, reunindo conceitos, estudos e teorias já existentes, que serviram de base para a análise dos dados.

A metodologia adotada foi composta por diferentes componentes: quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva; a abordagem utilizada foi dedutiva, partindo de fundamentos teóricos para análise de dados. No que diz respeito às técnicas, realizou-se a coleta de dados por meio de pesquisa documental e bibliográfica, complementadas pela análise de dados com caráter quantitativo e qualitativo, por meio da análise de conteúdo. Após a coleta das informações, os dados foram organizados e apresentados nos capítulos dos resultados, sendo interpretados com base nos objetivos e no referencial teórico. Por fim, elaboraram-se as considerações finais, contendo as conclusões obtidas ao longo da pesquisa.

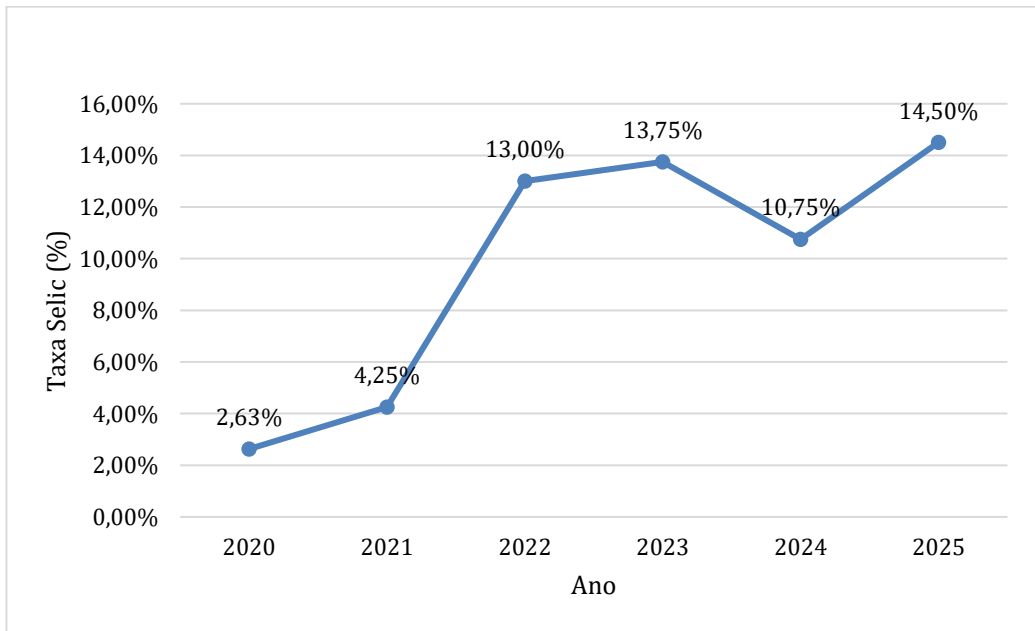
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, buscando relacionar a evolução da taxa básica de juros às decisões econômicas dos indivíduos sob a ótica da economia comportamental. Os dados são mostrados de maneira organizada e clara, destacando os principais pontos e indicadores analisados, além de explicar como eles influenciam os resultados, oferecendo uma visão completa sobre os efeitos de cada item estudado.

4.1 EVOLUÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS

Ao se examinar o comportamento recente da economia brasileira, torna-se evidente a importância da taxa básica de juros para a condução das políticas macroeconômicas. A análise da evolução da taxa Selic entre 2020 e 2025 evidencia o papel central dessa variável na política monetária brasileira, como mostra na Figura 7.

Figura 7: Evolução da Meta da Taxa Selic (2020–2025)



Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2025c).

Conforme ilustrado na Figura 7, em 2020, observa-se um patamar historicamente baixo, em torno de 2,63%, reflexo das medidas de estímulo adotadas para enfrentar os efeitos da pandemia da COVID-19. Pode-se notar um incentivo no consumo e no investimento em um cenário de forte retração econômica. Esse período marcou um dos menores níveis já registrados na taxa básica de juros.

No ano seguinte, em 2021, a taxa começou a subir, atingindo 4,25%. Observa-se que esse movimento, foi uma resposta ao aumento das pressões inflacionárias, resultantes tanto da retomada gradual da economia quanto de fatores externos, como a elevação dos preços das commodities e as dificuldades nas cadeias de suprimentos. A partir de 2022, a Selic deu um salto expressivo, chegando a 13%, sinalizando um esforço mais intenso do Banco Central para conter a inflação e restabelecer a credibilidade da política monetária (Banco Central do Brasil, 2025d).

Ainda conforme a mesma fonte, em 2023, a taxa de juros atingiu 13,75%, mantendo-se em patamar elevado. Essa elevação buscou segurar a demanda e controlar a alta generalizada de preços, mesmo diante dos impactos negativos que juros altos podem trazer ao crédito e ao consumo das famílias. Já em 2024, nota-se uma redução para 10,75%, indicando que a inflação começava a dar sinais de desaceleração, permitindo ao Banco Central reduzir parcialmente a taxa e aliviar a pressão sobre a economia real.

Por fim, em 2025, a Selic voltou a subir, alcançando 14,50%, o maior valor do período analisado. Esse movimento reflete a persistência de desafios no controle da inflação e a necessidade de manter uma política monetária mais rígida. A trajetória analisada mostra como a taxa Selic oscilou de acordo com o contexto econômico e as prioridades da política econômica, ora incentivando a atividade, atuando de forma mais restritiva para conter desequilíbrios. Dessa forma, a evolução da taxa básica de juros entre 2020 e 2025 evidencia sua importância como instrumento de regulação do consumo, do crédito e dos investimentos no país (Banco Central do Brasil, 2025d).

Para compreender a relação entre a taxa Selic e o comportamento das pessoas ao longo dos últimos anos, elaborou-se um quadro-resumo que apresenta a evolução da Selic média anual, os principais fatores explicativos que influenciaram sua variação e os impactos observados no comportamento econômico da população. Assim, pode-se visualizar no Quadro 2, como mudanças na taxa básica de juros afetam nas decisões e no comportamento econômico no período de 2020 a 2025.

Quadro 2: Selic e as reações do mercado nos anos de 2020 até 2025

ANO	Selic média / patamar	Fatores explicativos	Comportamento de consumidores / investidores
2020	2,63%	Pandemia de COVID-19, necessidade de estímulo à economia, inflação controlada	Crédito barato, estímulo ao consumo, investidores mais dispostos a risco, busca por imóveis
2021	4,25%	Recuperação econômica, aumento da inflação, início da alta dos juros	Mais cuidado com empréstimos, crédito manteve-se elevado
2022	13,00%	Combate à inflação elevada, aumento dos preços de alimentos e energia	Redução do consumo, crédito caro, buscou-se renda fixa (títulos públicos, CDBs)
2023	13,75%	Manutenção da política monetária restritiva, inflação ainda acima da meta	Tentativa de retomada
2024	10,75%	Estabilidade econômica	Crédito tornou-se mais viável, consumidores aumentaram o consumo
2025	14,50%	Ajuste da inflação, desaceleração econômica	Consumo baixo, crédito encarecido, preferência por renda fixa

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2025c); TransUnion (2023).

O Quadro 2 mostra como as variações da taxa Selic entre 2020 e 2025 influenciaram o comportamento dos consumidores e investidores no Brasil. Nos anos de juros mais baixos, como em 2020, houve um incentivo ao consumo e à busca por crédito, especialmente no setor imobiliário. Já com o aumento da Selic a partir de 2021, o crédito ficou mais caro e as pessoas passaram a ter mais cuidado com gastos e empréstimos. Nos anos de 2022 e 2023, o cenário de juros elevados e inflação pressionada acabou restringindo o consumo das famílias, ao mesmo tempo em que estimulou uma migração maior para aplicações de renda fixa. Em 2024 e 2025, mesmo com sinais de estabilidade, o crédito continuou caro e o consumo seguiu em ritmo menor.

4.1.1 Finalidade e função da taxa básica de juros na economia brasileira

A taxa Selic, considerada a taxa básica de juros da economia brasileira, exerce papel central na condução da política monetária. Sua principal função consiste em regular a quantidade de meios de pagamento em circulação, permitindo ao Banco Central calibrar o custo do dinheiro e, assim, buscar a manutenção da inflação dentro das metas estabelecidas (Banco Central do Brasil, 2025a). Na Figura 8, tem-se uma

ilustração de como funciona o aumento e a redução da taxa básica de juros na economia.

Figura 8: Função e finalidade da taxa básica de juros



Fonte: Banco Central do Brasil (2025a).

Em seguida o Quadro 3 apresenta as principais funções da taxa Selic e sua importância para o equilíbrio da economia brasileira. Por meio dela, o Banco Central busca controlar a inflação, estimular ou frear o consumo e orientar os investimentos de acordo com as necessidades do país em cada período.

Quadro 3: Principais funções da Taxa Selic

Finalidade	Como funciona na prática	Objetivo principal
Controlar a inflação	Aumenta os juros para desestimular o consumo	Reduzir a pressão sobre os preços
Estimular a economia	Reduz os juros para facilitar o crédito e aumentar a demanda	Aquecer a atividade econômica
Regular o crédito	Define o custo básico do dinheiro para bancos e instituições financeiras	Tornar o crédito mais caro ou mais barato
Guiar os investimentos	Determina a atratividade dos ativos de renda fixa	Direcionar o fluxo de capitais entre renda fixa e variável

Fonte: Adaptado de Taxgroup (2025).

Pode-se observar no Quadro 3 que, quando a taxa Selic aumenta, tende a encarecer o crédito, desestimular o consumo e reduzir a demanda agregada,

contribuindo para conter pressões inflacionárias. Por outro lado, quando reduz, incentiva o consumo, o investimento produtivo e a tomada de crédito, funcionando como estímulo ao crescimento econômico. Além de ser um mecanismo de regulação do nível de preços, a taxa Selic exerce influência direta sobre o comportamento dos agentes econômicos. Ela afeta desde o retorno das aplicações financeiras, que se tornam mais ou menos atrativas, até o custo de financiamentos, impactando decisões individuais de consumo, poupança e investimento.

Os financiamentos imobiliários mostraram forte sensibilidade às variações da taxa Selic. Em 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19, a Selic atingiu mínimas históricas 2% ao ano, o que estimulou logo numa demanda por crédito habitacional. Esse cenário favoreceu a expansão do setor imobiliário, somente em dezembro de 2020, os financiamentos com recursos das cadernetas de poupança somaram R\$ 17,47 bilhões, o maior volume desde julho de 1994, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP). No acumulado do ano, o total financiado chegou a R\$ 123,97 bilhões, representando crescimento de 57,5% em relação a 2019 (Globo, 2021).

Ainda de acordo com a mesma fonte, a queda da taxa Selic em 2020 e 2021 levou muitos brasileiros a migrarem da poupança para a renda variável em busca de mais retorno, fazendo a B3 ultrapassar 2,5 milhões de investidores, mas a inflação elevada reduziu os ganhos reais e incentivou a diversificação. Já a partir de 2022, com a alta dos juros, os investimentos em renda fixa, como Tesouro Selic e CDBs, voltaram a ser atrativos pela segurança e previsibilidade, e entre 2023 e 2025 predominou a preferência por aplicações conservadoras, mostrando que em períodos de juros baixos cresce o apetite ao risco, enquanto em juros altos prevalece a busca por segurança.

Conforme Forbes (2021), no ano de 2020, mesmo com a pandemia, o mercado de consórcios registrou forte crescimento, com a comercialização de cerca de 80 mil cotas, alta de 13,2% em relação a 2019, movimentando R\$ 5,1 bilhões, 25% a mais que no ano anterior. O desempenho foi impulsionado por reduções nas taxas de administração, chegando a descontos de até 25%, o que atraiu novos cotistas. Os consórcios de automóveis lideraram as vendas, seguidos por imóveis e motocicletas, com predominância de pessoas físicas, especialmente homens (51%), casados (46%) e na faixa de 26 a 35 anos, confirmando o consórcio como alternativa relevante de aquisição em meio ao crédito mais caro.

4.1.2 Papel do Banco Central do Brasil no controle da inflação e na regulação da atividade econômica

O Banco Central do Brasil é o órgão executivo do subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional. Isso significa que ele é responsável por colocar em prática as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), funcionando como a autoridade que executa e fiscaliza as políticas definidas. Para alcançar os objetivos fundamentais estabelecidos em lei, o Banco Central é responsável por conduzir a política monetária, cambial e de crédito do país, além de cuidar das relações financeiras com o exterior. Também regula e fiscaliza o Sistema Financeiro Nacional, garantindo que bancos e outras instituições funcionem de maneira adequada e faz a emissão e a provisão de cédulas e moedas (Banco Central do Brasil, 2025b).

De acordo com a visão de Assaf Neto (2025), que explica que a política monetária busca preservar a estabilidade do poder de compra da moeda, atuando sobre o nível de liquidez disponível na economia. Nesse sentido, o Banco Central desempenha a função de regular a quantidade de crédito e de zelar pelo bom funcionamento do sistema financeiro nacional. Ainda o mesmo autor, afirma que: quando a inflação se distancia da meta, o Banco Central eleva a taxa Selic, encarecendo o crédito e reduzindo o consumo. Esse movimento, ainda que diminua o ritmo da atividade econômica no curto prazo, tende a reequilibrar preços e preservar a estabilidade da moeda.

Ao utilizar instrumentos como o recolhimento compulsório, o redesconto bancário e as operações de mercado aberto, o Banco Central ajusta a quantidade de moeda em circulação e influencia diretamente o custo do crédito, impactando consumo, investimento e atividade econômica (Banco Central do Brasil, 2025a).

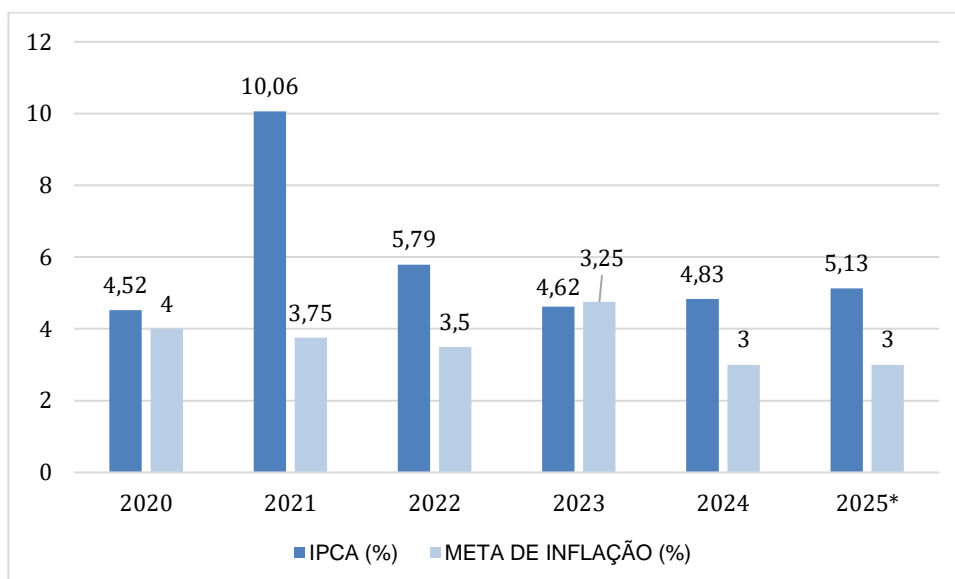
4.2 VARIAÇÕES DA TAXA SELIC

O regime de metas de inflação tem funcionado bem no Brasil. Esse sistema ajuda a manter a inflação controlada e em níveis mais baixos. Mesmo quando ocorreram crises ou choques que fizeram a inflação sair desse limite por um tempo, ela conseguiu voltar para a meta. Isso acontece porque a meta serve como uma

referência: as pessoas e o mercado usam esse valor esperado para tomar decisões. Com isso, a economia fica mais previsível, o que facilita o planejamento das famílias, das empresas e do governo.

Desde janeiro de 2025, a meta se refere à inflação acumulada em doze meses, apurada mês a mês. Nessa sistemática, também conhecida como “meta contínua”, a verificação ocorre mensalmente, não apenas no mês de dezembro, como ocorria anteriormente. A meta, fixada pela Resolução Conselho Monetário Nacional é de 3,00%, com intervalo de tolerância de $\pm 1,5$ ponto percentual. A Figura 9 a seguir apresenta os dados conforme a sistemática vigente.

Figura 9: Evolução do IPCA em Relação à Meta de Inflação no Brasil 2020 a outubro de 2025



Fonte: Adaptado Toro (2025).

A Figura 9 apresenta a evolução do IPCA em comparação com a meta de inflação no Brasil no período de 2020 até o mês de Outubro de 2025. Observa-se que, em 2020, a inflação (4,52%) ficou levemente acima da meta estabelecida (4%), mas ainda dentro do intervalo de tolerância. Já em 2021, verifica-se que o IPCA atingiu 10,06%, ultrapassando de forma expressiva a meta de 3,75%, reflexo dos efeitos da pandemia, do aumento dos custos de produção e das pressões sobre os preços internacionais.

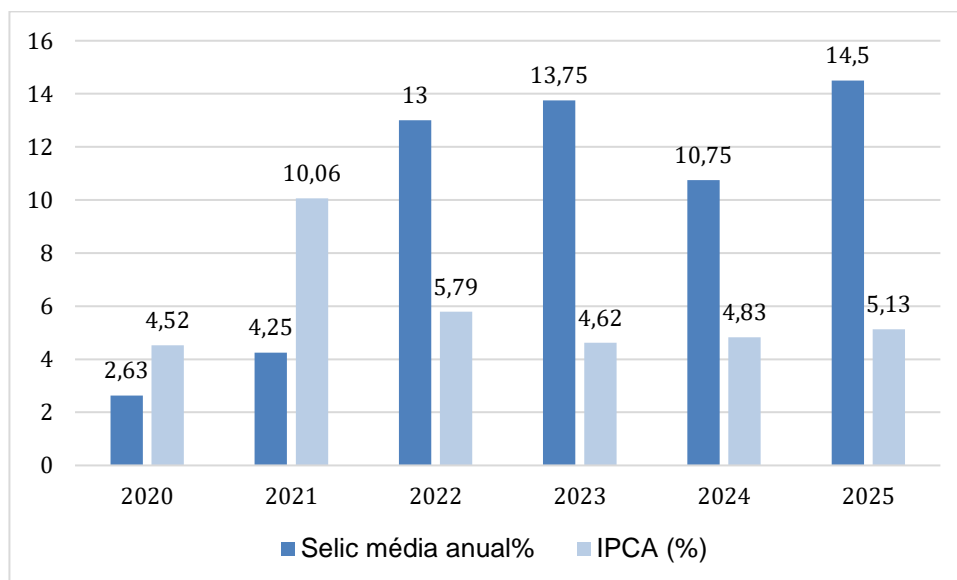
Em 2022, embora tenha ocorrido uma desaceleração da inflação, com o IPCA em 5,79%, o índice continuou acima da meta de 3,5%, indicando persistência de

pressões inflacionárias. Em 2023, a taxa de inflação recuou para 4,62%, aproximando-se da meta de 4,75%, demonstrando os efeitos das medidas de política monetária adotadas pelo Banco Central, especialmente o aumento da taxa Selic.

Nos anos seguintes, observa-se uma tendência de maior estabilidade. Em 2024, o IPCA foi de 4,83%, novamente acima da meta (3%), mas em patamar menos elevado quando comparado aos anos anteriores. Já para 2025 a medição foi feita em agosto referente aos últimos 12 meses como mostra na figura 6. A estimativa indica uma inflação de 5,13%, mantendo-se acima da meta projetada de 3%, o que sinaliza que, apesar da redução em relação ao pico de 2021, ainda há desafios para o controle pleno da inflação, na figura acima.

A relação entre a taxa básica de juros (Selic) e a inflação, medida pelo IPCA, é fundamental para compreender a dinâmica da política monetária no Brasil. A Selic funciona como principal instrumento utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação, influenciando diretamente o crédito, o consumo e os investimentos. A seguir na Figura 10, apresenta-se a evolução da Selic média anual e do IPCA no período de 2020 a 2025, permitindo observar como as variações da taxa de juros buscaram responder às pressões inflacionárias ao longo desses anos.

Figura 10: Taxa de Juros Selic e Inflação (IPCA) no Brasil 2020 a 2025



Fonte: Adaptado Toro (2025).

Observa-se na Figura 10 que, em 2020, a taxa Selic manteve-se em um nível reduzido, registrando 2,63%, enquanto a inflação alcançou 4,52%. Já em 2021, a

inflação apresentou forte aceleração, chegando a 10,06%, mesmo com a Selic ainda relativamente baixa, em 4,25%. Esse descompasso evidencia que o aumento dos preços ocorreu antes da reação do Banco Central, que só elevou os juros posteriormente para conter as pressões inflacionárias.

A partir de 2022, a Selic passou a subir de forma acelerada com o objetivo de conter a inflação, atingindo 13% naquele ano e 13,75% em 2023. Esse aumento dos juros contribuiu para a desaceleração dos preços, com a inflação recuando para 5,79% em 2022 e 4,62% em 2023. Em 2024, a taxa permaneceu em patamar elevado, de 10,75%, enquanto a inflação registrou 4,83%, mantendo-se próxima aos níveis dos anos anteriores. Já para 2025, as projeções indicam que a Selic deve permanecer alta, em torno de 14,5%, e a inflação em 5,13%, revelando que os preços continuam resistentes mesmo diante de juros elevados.

Ao analisar a relação entre a meta de inflação e a inflação efetiva no Brasil entre 2020 e 2025, observa-se que em alguns momentos a inflação real superou o centro da meta, enquanto em outros ficou abaixo. Em 2021 e 2022, por exemplo, a inflação ultrapassou o teto da meta em razão de choques de oferta como alta dos combustíveis e alimentos, levando o Banco Central a elevar a Selic para tentar conter os preços. Já em 2023, o movimento aconteceu ao contrário, com a política monetária mais restrita, a inflação ficou abaixo das expectativas de mercado em determinados meses, gerando efeitos como a queda do consumo e maior custo do crédito.

Esses resultados demonstram que a diferença entre a meta e a inflação real influencia diretamente as decisões de política monetária e o comportamento da economia. Quando a inflação se mantém próxima ou abaixo da meta, o Banco Central tende a adotar uma postura mais expansionista, reduzindo a taxa Selic para estimular o crédito, o consumo e os investimentos, o que impulsiona a atividade econômica.

Por outro lado, quando a inflação supera a meta, a autoridade monetária reage de forma contracionista, elevando os juros para conter o aumento generalizado de preços, mesmo que isso reduza o ritmo do crescimento econômico e desestimele o consumo. Essa dinâmica evidencia o papel central da Selic como instrumento de equilíbrio macroeconômico, servindo para ajustar a demanda agregada e manter a estabilidade de preços. Além disso, reflete como as oscilações da taxa básica de juros impactam diretamente as decisões financeiras dos indivíduos, influenciando desde o acesso ao crédito até a preferência por investimentos mais seguros em períodos de juros elevados.

4.2.1 Efeito das variações afetam o crédito, consumo, inadimplência e os investimentos

Nesta seção, apresenta-se de que forma as variações da taxa Selic afetam o crédito, o consumo, a inadimplência e os investimentos. Essa taxa exerce influência direta sobre as decisões econômicas dos indivíduos, orientando a maneira como eles gastam, poupam e aplicam seus recursos financeiros. Mudanças nessa taxa alteram o custo do crédito, o que impacta o consumo, e também afetam a capacidade de pagamento das dívidas, refletindo na inadimplência. Além disso, a Selic direciona escolhas de investimento, tornando alguns produtos financeiros mais atrativos que outros. Compreender essas variações permite ter uma visão clara de como os indivíduos ajustam seu comportamento financeiro diante de cenários diferentes de juros, servindo de base para analisar o efeito da Selic em diversos aspectos da vida econômica.

4.2.1.1 Crédito

A taxa Selic é o principal parâmetro do custo do dinheiro na economia brasileira. Ela serve de referência para financiamentos, empréstimos e investimentos, orientando escolhas entre renda fixa e variável. Os juros, controlados pelo Banco Central, funcionam como o preço do dinheiro e são usados para conter a inflação. Quando a Selic sobe, o crédito fica mais caro, o consumo e os financiamentos diminuem, ajudando a reduzir pressões inflacionárias ligadas ao excesso de demanda (Pavani, 2025).

Ainda baseado no mesmo autor, os bancos captam dinheiro de quem poupa (como em depósitos) e assumem a obrigação de devolver esse valor com juros. Com esse capital, eles emprestam para pessoas ou empresas que precisam de crédito, também cobrando juros. A diferença entre o que o banco paga aos poupadores e o que cobra nos empréstimos é chamada de *spread* bancário (Assaf Neto, 2025).

A intermediação financeira é um processo essencial para o funcionamento do sistema econômico, pois conecta aqueles que possuem recursos disponíveis para aplicar com os que necessitam de crédito para financiar seus projetos e atividades. Nesse contexto, as instituições financeiras atuam como intermediárias, captando

recursos dos poupadores e direcionando-os aos tomadores de crédito, cobrando uma remuneração pela operação. Para ilustrar esse mecanismo, a Figura 11 apresenta como esse fluxo acontece.

Figura 11: Processo de intermediação financeira para as operações de crédito



Fonte: Assaf Neto (2025).

Pode-se observar na Figura 11, o processo de intermediação financeira nas operações de crédito, no qual uma instituição pode atuar como sujeito ativo (credor de recursos) ou sujeito passivo (devedor de recursos captados). Quando a Selic aumenta, os juros cobrados nos empréstimos e financiamentos também sobem, pois, as instituições financeiras repassam esse custo ao crédito, tornando-o mais caro e desestimulando o consumo financiado. Ao mesmo tempo, os bancos passam a remunerar melhor os poupadores em depósitos ou aplicações, incentivando a poupança e os investimentos conservadores (Assaf Neto, 2025).

O autor ainda destaca que, por outro lado, quando a Selic diminui, ocorre o movimento inverso: o crédito fica mais barato, estimulando o consumo e a tomada de financiamentos, enquanto a rentabilidade das aplicações financeiras cai, desestimulando a poupança. Essa dinâmica se reflete no chamado *spread* bancário, que corresponde à diferença entre os juros pagos aos poupadores (operações passivas) e os juros cobrados nos empréstimos (operações ativas), sendo um dos principais mecanismos de transmissão da política monetária ao comportamento econômico dos indivíduos.

4.2.1.2 Consumo

De acordo com CNN (2024), a taxa Selic influencia diretamente o consumo das famílias, pois afeta o custo do crédito. Quando o Banco Central reduz os juros,

empréstimos e financiamentos ficam mais baratos e acessíveis, estimulando as pessoas a buscarem crédito para compras de bens duráveis ou outras despesas de consumo, como viagens e eletrodomésticos. Essa redução facilita que mais consumidores consigam financiar suas compras, aumentando a circulação de dinheiro na economia.

Por exemplo, se a Selic é reduzida de 13% para 10%, os juros dos financiamentos de veículos também diminuem. Isso faz com que as parcelas mensais fiquem mais baixas e compatíveis com o orçamento das famílias. Com prestações menores, o financiamento se torna mais atrativo e viável, permitindo que pessoas que estavam adiando a compra possam realizá-la. Essa diminuição da taxa incentiva diretamente o consumo no setor automotivo e outros segmentos que dependem de crédito. Ao tornar o financiamento mais acessível, mais pessoas optam por adquirir veículos ou outros produtos financiados, refletindo em maior demanda e movimentação econômica. Assim, a política monetária do Banco Central mostra seu impacto concreto no comportamento de compra das famílias.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no Brasil, atua como o medidor oficial do aumento dos preços e tem impacto direto no poder de compra da população. Esse índice é influenciado por diversos fatores, sendo a relação entre oferta e demanda um dos mais relevantes. Geralmente, os preços sobem quando a procura por um produto aumenta, mas a oferta permanece igual ou diminui. E se a demanda diminui ou se mantém estável e a oferta cresce, é esperado que os preços caiam. Assim, a variação nos preços depende diretamente do equilíbrio entre quanto as pessoas querem comprar e quanto está disponível no mercado (CNN, 2023a).

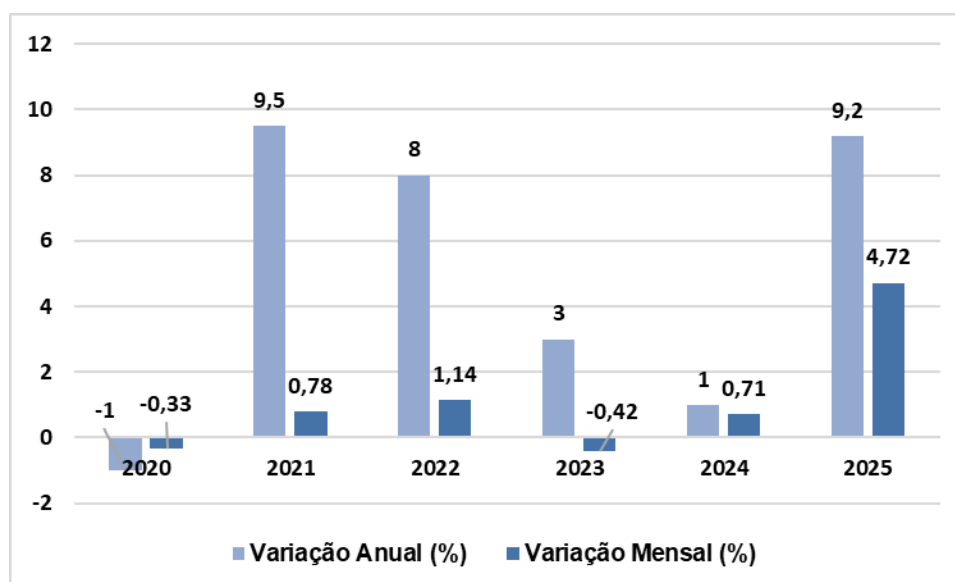
4.2.1.3 Inadimplência

Altas taxas de juros aumentam o custo das dívidas, reduzindo o poder aquisitivo e elevando o risco de superendividamento. Estudos mostram que aumentos na taxa Selic estão associados a elevações na inadimplência de empréstimos pessoais. Compreender as taxas de juros e sua relação com a inadimplência, planejamento, educação financeira e estratégias proativas ajudam a mitigar os impactos das flutuações econômicas (Reis, 2025).

Conforme Senado (2025), equilibrar as finanças pessoais tem se mostrado um desafio crescente para a população brasileira. Com crédito caro, inflação persistente e baixo índice de poupança, quase 80% das famílias enfrentam algum grau de endividamento. Entre a população adulta, 43,1% têm o nome negativado, ou seja, possuem dívidas não pagas dentro do prazo. Em agosto de 2025 chegou a 71,7 milhões de pessoas, registrando um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período de 2024, segundo levantamento da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em parceria com o SPC Brasil. No comparativo mensal, a inadimplência subiu 0,71% de julho para agosto, indicando que o problema continua se agravando.

No período analisado, observa-se um destaque para a evolução das dívidas em atraso no Brasil, considerando diferentes faixas de tempo de inadimplência. Para melhor compreensão desse cenário, a Figura 12 apresenta a variação anual das dívidas de 2020 até 2025, bem como a distribuição percentual do tempo de atraso. Essa representação permite identificar não apenas o crescimento ou redução em determinados prazos, mas também a participação relativa de cada faixa no total de dívidas registradas.

Figura 12: Variação Anual de Atraso das Dívidas de 2020 a 2025



Fonte: CNDL Brasil (2025).

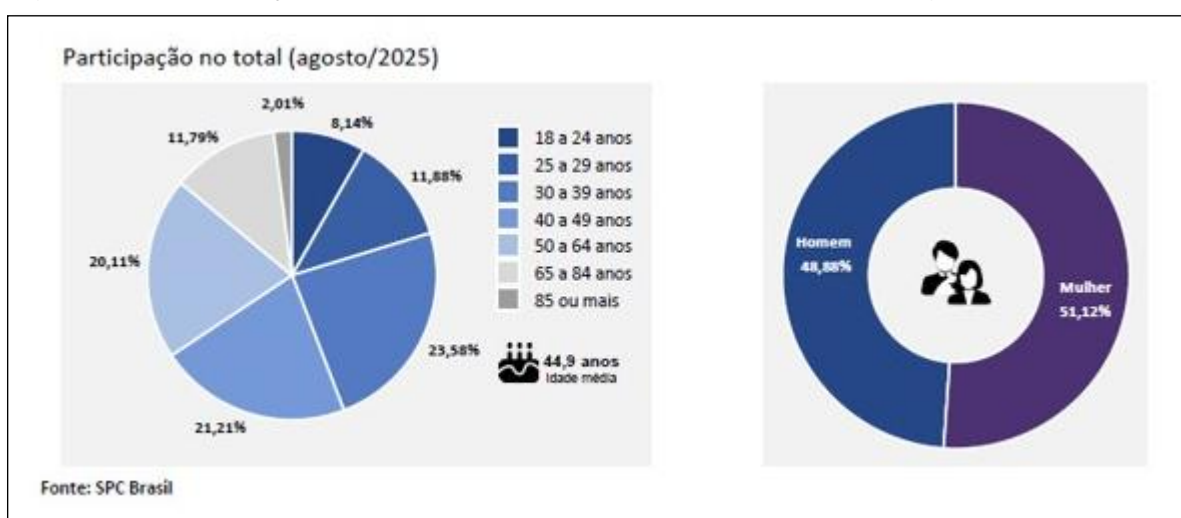
Observa-se na Figura 12 que, após uma leve retração em 2020, os anos de 2021 e 2022 apresentaram expressivos aumentos, refletindo um cenário de maior endividamento e atraso nos pagamentos, possivelmente em decorrência da elevação

da taxa básica de juros e das dificuldades econômicas pós-pandemia. Já em 2023 e 2024, nota-se uma redução nesses índices, sugerindo um leve ajuste do mercado e melhora na capacidade de pagamento das famílias. No entanto, em 2025, há nova elevação tanto na variação anual (9,2%) quanto na mensal (4,72%), o que pode indicar uma retomada do endividamento, associada à elevação dos custos de crédito e à persistência de desafios econômicos enfrentados pelos consumidores brasileiros.

A relação entre juros e inadimplência é complexa. Taxas mais altas tendem a aumentar o risco de inadimplência porque tornam os empréstimos mais caros, reduzem o dinheiro disponível para outras despesas e podem afetar empresas que dependem de crédito, gerando demissões ou falências. Esse efeito pode se espalhar pela economia, criando um ciclo de inadimplência. Por outro lado, juros muito baixos também não garantem menos inadimplência, pois podem estimular empréstimos excessivos e formar bolhas de crédito que, quando estouram, elevam os níveis de inadimplência.

No contexto da inadimplência no Brasil, é relevante analisar não apenas a evolução das dívidas ao longo do tempo, mas também o perfil dos consumidores que enfrentam atrasos nos pagamentos. A distribuição etária e de gênero dos inadimplentes permite identificar quais grupos populacionais estão mais expostos a essa situação, contribuindo para a formulação de políticas de crédito e educação financeira mais direcionadas. A Figura 13 apresenta a participação por faixa etária e por gênero dos inadimplentes em agosto de 2025.

Figura 13: Distribuição Etária e por Gênero dos Inadimplentes (Agosto/2025)



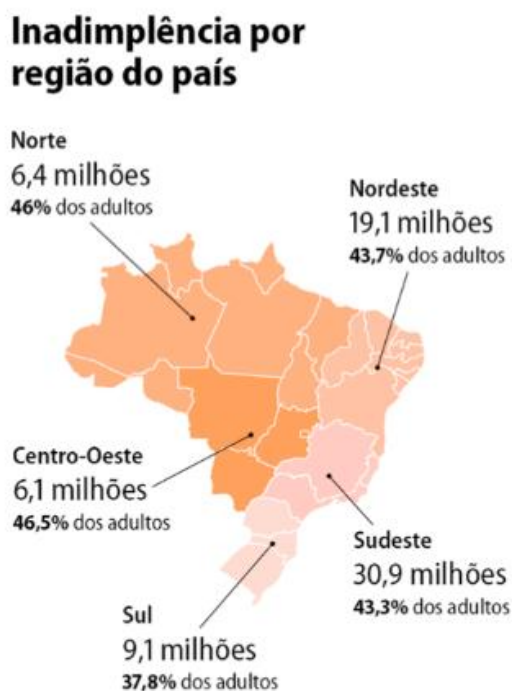
Fonte: CNDL Brasil (2025).

A média de idade dos devedores é de 44,9 anos, com maior participação concentrada na faixa de 30 a 39 anos (23,58%). Esse grupo, relevante para a agilidade do consumo, apresenta maior vulnerabilidade financeira, o que contribui para a pressão sobre o crédito. Do ponto de vista do gênero, a inadimplência mantém-se equilibrada, com 51,12% de mulheres e 48,88% de homens.

A falta de educação financeira contribui significativamente para o endividamento das famílias brasileiras, que recorrem a cheque especial, cartão de crédito e empréstimos consignados. A inadimplência compromete o consumo e o financiamento de bens duráveis, prejudicando o orçamento doméstico e retardando a recuperação econômica. Esse cenário evidencia uma falha estrutural como poupança baixa e descontrole de gastos, afetando não apenas as famílias, mas também o crescimento das empresas e a geração de empregos.

A análise regional da inadimplência permite compreender como fatores econômicos, sociais e estruturais influenciam o comportamento financeiro da população em diferentes partes do país. As desigualdades de renda, os níveis de formalização do trabalho e as oportunidades econômicas variam amplamente entre as regiões, refletindo diretamente na capacidade dos indivíduos de manter suas obrigações financeiras em dia. Dessa forma, observar a distribuição geográfica dos devedores contribui para identificar quais áreas apresentam maior vulnerabilidade econômica e necessitam de políticas públicas voltadas à educação financeira e ao estímulo do crédito responsável, conforme mostra a Figura 14 a seguir.

Figura 14: Distribuição da Inadimplência por Região no Brasil (2025)



Fonte: Araújo (2025).

Conforme ilustrado na Figura 14, a inadimplência apresenta expressiva concentração nas regiões Sudeste (30,9 milhões) e Nordeste (19,1 milhões), que juntas reúnem grande parte dos devedores do país. Em termos proporcionais, o Centro-Oeste e o Norte registram os maiores percentuais de adultos inadimplentes, com 46,5% e 46%, respectivamente, enquanto o Sul apresenta o menor índice, com 37,8%. Esses dados indicam que as regiões economicamente mais vulneráveis enfrentam maior dificuldade em honrar compromissos financeiros, evidenciando a necessidade de estratégias diferenciadas de crédito e educação financeira, adaptadas à realidade de cada território brasileiro.

4.2.1.4 Investimentos

Conforme Reis (2025), a taxa de juros influencia vários tipos de investimento, não só os de renda fixa. Produtos como LCI, LCA, CRI, CRA e CDB têm seus rendimentos diretamente ligados aos juros, geralmente calculados com base no CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Embora o CDI não seja exatamente a mesma coisa que a Selic, seus valores costumam ficar bem próximos.

Ainda baseado no mesmo autor, a relação entre juros e investimentos muda conforme o tipo de ativo. Na renda fixa, como CDBs e Tesouro Direto, juros altos tornam esses produtos mais atrativos, e oferecem maior retorno com pouco risco. Já na renda variável, como ações, a alta dos juros costuma ter efeito negativo, pois encarece o crédito das empresas e leva investidores a preferirem a renda fixa. Isso reduz a procura por ações e pode derrubar os preços. Fundos imobiliários também sofrem, o custo de financiamentos aumenta, e a política monetária acaba influenciando diretamente onde e como os investidores aplicam seu dinheiro.

Historicamente, investimentos em renda fixa ficam mais atraentes quando os juros estão altos, já que oferecem menor risco em comparação à renda variável. Para investimentos na renda fixa, os períodos em alta são mais favoráveis e com chances de maior rentabilidade. Em investimentos de renda variável, é o oposto. Quando está em queda, é possível obter melhor retorno por conta dos juros baixos. No entanto, cada decisão depende do perfil do investidor, de seus objetivos e do tempo que pretende manter o dinheiro aplicado (Reis, 2025).

Para compreender melhor como as decisões econômicas dos indivíduos são influenciadas pela taxa básica de juros, é fundamental analisar o impacto da Selic sobre diferentes modalidades de investimento. A variação da taxa afeta diretamente a atratividade e a rentabilidade de cada aplicação, levando investidores a ajustarem suas estratégias conforme o cenário econômico. No Quadro 4 apresenta-se um comparativo detalhado dos efeitos de uma Selic alta e baixa sobre os principais tipos de investimentos disponíveis no mercado brasileiro.

Quadro 4: Comparativo de como a Taxa Selic impacta a rentabilidade dos investimentos

Tipo de Investimento	Efeito com Selic Alta	Efeito com Selic Baixa
Tesouro Selic	Rentabilidade segura	Rentabilidade menor, mas ainda é reserva de emergência
CDB, LCI, LCA	Rendem mais se atrelados ao CDI	Perdem atratividade; prefixados e IPCA+ podem compensar
Fundos Renda Fixa	Rentabilidade melhora	Exigem gestão mais ativa para manter retorno
Ações	Possível desvalorização	Podem valorizar com economia aquecida
FIIs	Menor atratividade frente à Renda Fixa	Tendem a se valorizar com juros mais baixos
ETFs	Sofrem influência positiva ou negativa a depender do índice ao qual estão relacionados	Sofrem influência positiva ou negativa a depender do índice ao qual estão relacionados
BDRs	Sofrem fuga de capital em um cenário de juros altos também nos EUA	Podem ganhar força caso o ambiente global acompanhe a maior propensão a risco

Fonte: Sofisa Direto (2025).

A análise do Quadro 4, evidencia que investimentos mais conservadores, como Tesouro Selic e CDBs atrelados ao CDI, tendem a se beneficiar em períodos de juros altos, oferecendo maior segurança e retorno. Por outro lado, aplicações como ações, FIIIs e BDRs podem ter desempenho mais volátil, sendo influenciadas tanto pelo cenário interno quanto pelo ambiente global. Já em períodos de Selic baixa, os investidores frequentemente migram para ativos de maior risco ou maior potencial de valorização, como fundos de renda variável, buscando rentabilidade superior à oferecida pelas aplicações tradicionais de renda fixa. Esses comportamentos demonstram como a taxa básica de juros atua como um importante mecanismo na tomada de decisão econômica individual.

Dessa forma, fica evidente que a taxa básica de juros exerce papel central na dinâmica dos investimentos e no comportamento financeiro dos indivíduos. Ao influenciar diretamente a rentabilidade das aplicações e o custo de oportunidade entre renda fixa e variável, a Selic se consolida como um dos principais instrumentos de regulação econômica do país. Sua variação não apenas orienta as decisões de

investidores e instituições financeiras, mas também reflete o equilíbrio entre estímulo ao consumo e controle da inflação.

4.3 ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA MITIGAR OS IMPACTOS NEGATIVOS DAS FLUTUAÇÕES DA TAXA SELIC SOBRE O COMPORTAMENTO ECONÔMICO

As oscilações da taxa Selic impactam diretamente o custo do crédito, a rentabilidade das aplicações financeiras e o poder de compra da população. Indivíduos com baixo nível de educação financeira tendem a reagir de forma imediatista a essas mudanças, endividando-se mais quando os juros caem ou deixando de investir adequadamente quando os juros sobem, o que aumenta sua vulnerabilidade econômica.

Diante desse cenário, a educação financeira surge como um instrumento fundamental para fortalecer a capacidade de planejamento e tomada de decisão dos indivíduos. Ela pode ser compreendida como o processo contínuo de adquirir conhecimentos e desenvolver competências que auxiliam na administração consciente dos recursos, permitindo ajustar hábitos de consumo, poupança e investimento conforme as variações da taxa básica de juros. Esse aprendizado vai desde práticas simples, como elaborar um orçamento e controlar despesas, até aspectos mais complexos, como planejar investimentos, formar reservas financeiras e estruturar a aposentadoria (Banco Central do Brasil, 2013). A seguir na Figura 15, apresenta-se os quatro pilares da organização financeira.

Figura 15: Quatro Pilares da Organização Financeira



Fonte: Sicredi (2025).

A ferramenta 360° da Vida Financeira, desenvolvida pelo Sicredi (Figura 15), propõe uma forma simples de visualizar a saúde financeira pessoal. O modelo considera quatro dimensões fundamentais: ganhos, que representam as fontes de receita, gastos, que devem ser registrados e controlados, reservas, relacionadas ao hábito de poupar parte da renda e dívidas, que evidenciam o quanto do orçamento já está comprometido. Essa estrutura auxilia no planejamento financeiro, favorecendo decisões mais conscientes e equilibradas.

Segundo Cerbasi (2019), a saúde financeira de uma pessoa não é determinada pelo quanto ela ganha, mas pelo modo como utiliza seu dinheiro, sendo os gastos o fator que realmente faz diferença. O consumo revela se haverá dificuldades financeiras ou se será possível poupar e acumular riqueza. Ainda de acordo com o autor, em cenários de juros elevados, famílias e consumidores tendem a sofrer com o encarecimento do crédito e a retração do consumo. Nesse contexto, práticas de organização financeira, como a priorização da quitação de dívidas, o planejamento do orçamento doméstico e a construção de reservas de emergência, tornam-se fundamentais para reduzir a vulnerabilidade aos ciclos da política monetária. Gerenciar o dinheiro de forma eficiente envolve planejar o orçamento, priorizando as despesas realmente necessárias.

Reservar parte da renda para formar uma poupança é fundamental em situações de emergência e para realizar objetivos maiores. Compreender o funcionamento do crédito, avaliando custos, comparando taxas de juros e evitando

endividamento excessivo e montar uma carteira diversificada que esteja de acordo com as metas e com o perfil de cada pessoa, torna-se possível ter mais segurança nas escolhas, reduzir riscos e adquirir um futuro financeiro mais saudável (Unigran, 2025).

A seguir, apresenta-se no Quadro 5 a relação entre a variação da Taxa Selic e as decisões econômicas dos indivíduos. O objetivo é ilustrar como as mudanças na taxa básica de juros influenciam o comportamento de consumo, a tomada de crédito e a escolha por diferentes tipos de investimento, permitindo uma visualização rápida e clara dos efeitos observados no período analisado.

Quadro 5: Estratégias de investimento para ser aplicadas no dia-a-dia

Cenário da Selic	Comportamento do Consumidor	Decisão de Investimento	Exemplos de Estratégias Financeiras
Selic Alta	Reduz o consumo, prioridade em quitar dívidas, procura por menos crédito	Investimento do dinheiro em (CDB, poupança, títulos públicos)	Evitar financiamentos, aumentar reserva de emergência, migrar investimentos para renda fixa
Selic Baixa	Aumenta o consumo, procura por mais financiamentos, incentivo à compra de imóveis e bens duráveis	Investimentos de maior risco (ações, fundos multimercado, fundos imobiliários)	Diversificar carteira, aproveitar oportunidades de crescimento, equilibrar risco-retorno
Oscilações Rápidas	Planejamento financeiro mais cauteloso, revisão constante do orçamento	Ajustes frequentes na carteira, busca por produtos com liquidez	Reavaliar aplicações periodicamente, equilibrar investimentos de curto e longo prazo

Fonte: Adaptado de Sicredi (2025).

Observa-se no Quadro 5, que a Taxa Selic exerce influência direta sobre as escolhas financeiras dos indivíduos. Em períodos de juros elevados, há uma tendência de reduzir o consumo e priorizar a segurança financeira, enquanto taxas baixas incentivam o crédito e a busca por maior rentabilidade. Além disso, a volatilidade da Selic exige maior atenção ao planejamento financeiro, destacando a importância da educação financeira para mitigar impactos negativos e aproveitar oportunidades de investimento de forma consciente.

Algumas estratégias podem ser praticadas no dia-a-dia, como ter um planejamento financeiro pessoal bem estruturado, anotar todos os ganhos e despesas mensais, separar o que é essencial do que é supérfluo e definir metas de curto, médio e longo prazo. Para facilitar esse controle, é possível usar ferramentas simples e

acessíveis, como planilhas que são encontradas no Excel ou Google Sheets, além de aplicativos gratuitos como Mobills, Organizze, Guiabolso e Minhas Economias, que ajudam a acompanhar os gastos e a visualizar o orçamento de forma clara.

Outra medida importante é a criação de uma reserva de emergência, que deve cobrir de três a seis meses das despesas fixas mensais. Essa reserva garante segurança financeira em momentos de instabilidade, especialmente quando a Selic está alta e os juros de empréstimos e financiamentos aumentam, evitando recorrer ao crédito caro em situações imprevistas. Existem cursos e programas gratuitos, oferecidos pelo Banco Central, Sebrae e Sicredi, que ajudam no aprendizado sobre orçamento, crédito e investimentos. Além disso, é importante revisar periodicamente o planejamento financeiro, ajustando as metas.

Assim, a educação financeira atua como um instrumento de mitigação dos efeitos das flutuações da taxa Selic, pois fornece conhecimento e ferramentas para que os indivíduos planejem melhor seus gastos, tomem crédito de forma consciente e invistam de modo estratégico, preservando seu equilíbrio econômico mesmo diante de cenários de instabilidade monetária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito analisar como as variações da taxa Selic influenciam as decisões econômicas de consumidores brasileiros, considerando os fatores comportamentais e a importância da educação financeira para escolhas mais conscientes. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que a Selic desempenha papel fundamental na dinâmica econômica do país, afetando direta e indiretamente o comportamento financeiro dos indivíduos e a economia como um todo.

A construção teórica apresentou inicialmente os conceitos macroeconômicos relacionados à política monetária e à função da taxa Selic como instrumento de controle da inflação e estímulo (ou restrição) da atividade econômica. Em seguida, foram analisadas as consequências dessas variações sobre o poder de compra, o acesso ao crédito e a atratividade dos investimentos financeiros, evidenciando que a taxa básica de juros é um dos principais determinantes das decisões individuais em relação ao consumo e à poupança.

Para atingir o objetivo geral deste estudo, inicialmente foi necessário examinar a evolução da taxa básica de juros, sua finalidade e sua função na economia brasileira, destacando seu uso como instrumento da política monetária, cumprindo assim com o primeiro objetivo específico. Na sequência, para atingir o segundo objetivo específico, buscou-se estudar o papel do Banco Central do Brasil, evidenciando como este utiliza a taxa Selic no controle da inflação e na regulação da atividade econômica, permitindo observar que o Banco Central do Brasil, atua de forma estratégica para manter a estabilidade monetária, utilizando a taxa básica de juros como instrumento de ajuste diante das oscilações do mercado e das pressões inflacionárias.

Já, o terceiro objetivo específico foi investigar os fatores que provocam variações da taxa Selic, bem como afetam o crédito, consumo, inadimplência e os investimentos, e foi alcançado ao demonstrar que a taxa Selic é fortemente influenciada por indicadores macroeconômicos, como inflação, política fiscal e expectativas do mercado financeiro. Verificou-se que elevações na taxa básica tendem a reduzir o acesso ao crédito e o nível de consumo das famílias, ao mesmo tempo em que aumentam a rentabilidade de aplicações de renda fixa. Em contrapartida, a redução da Selic estimula o consumo e o investimento, porém pode

e elevar os riscos de endividamento e inadimplência, evidenciando a necessidade de políticas econômicas equilibradas e de educação financeira para mitigar esses efeitos.

Os resultados mostraram que taxas de juros mais altas favorecem investimentos de renda fixa, como CDBs e Tesouro Direto, em razão da rentabilidade garantida e do menor risco. Já em períodos de Selic baixa, os investidores tendem a buscar alternativas mais rentáveis, como ações, fundos imobiliários e ativos de maior risco, evidenciando a relação inversa entre juros e apetite ao risco.

O quarto objetivo específico foi propor estratégias de educação financeira que auxiliem os consumidores a compreender os impactos da Selic, favorecendo decisões mais conscientes e equilibradas de consumo, poupança e investimento, foi identificar estratégias financeiras capazes de mitigar os efeitos negativos das variações da Selic, e por fim também foi atendido. A pesquisa destacou a importância da educação financeira como ferramenta de adaptação a diferentes cenários econômicos. Estratégias como o planejamento orçamentário, a diversificação de investimentos e o controle de endividamento mostraram-se fundamentais para reduzir a vulnerabilidade financeira diante das mudanças nas taxas de juros.

A partir disso foi possível responder o problema de pesquisa, o qual era compreender de que maneira a taxa básica de juros influencia as decisões econômicas dos indivíduos, sendo respondido de forma satisfatória. Constatou-se que a Selic atua como um mecanismo de transmissão das políticas econômicas para o cotidiano das pessoas, alterando suas percepções de risco, preferências de consumo e decisões de investimento.

Os resultados evidenciam a importância de políticas públicas voltadas à educação financeira, visto que o nível de conhecimento econômico influencia diretamente a forma como os indivíduos reagem às oscilações da taxa de juros. Verificou-se que, quanto maior a compreensão sobre os efeitos da Selic, mais racional tende a ser o comportamento de consumo e investimento.

Sugere-se, para estudos futuros, aprofundar a análise sobre como a taxa Selic impacta diferentes faixas de renda e perfis socioeconômicos, utilizar modelos econométricos que permitam mensurar com maior precisão a sensibilidade dos indivíduos às variações dos juros. Também, seria relevante investigar a influência da Selic nas decisões de investimento dos indivíduos, avaliando a migração entre renda fixa e ativos de maior risco em diferentes cenários econômicos.

Por fim, estudos voltados à educação financeira poderiam medir como o conhecimento sobre juros afeta o comportamento de consumo e endividamento. Tais pesquisas contribuiriam para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que promovam o uso consciente do crédito, o incentivo à poupança e uma melhor adaptação das famílias às mudanças nas taxas de juros.

REFERÊNCIAS

ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Conceitos básicos de economia e finanças**. Material de estudo CPA-10, capítulo 3. São Paulo: ANBIMA, 2018. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/45/07/7B/29/66A568103B6B3568B82BA2A8/CPA-10-Cap3.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ARAÚJO, Paloma. **Educação financeira: prevenção de dívidas começa na escola**. Senado Notícias, 19 set. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/09/educacao-financeira-prevencao-de-dividas-comeca-na-escola>. Acesso em: 06 dez. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. pág.153. ISBN 9788597028171. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028171/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ASSAF NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. pág.1. ISBN 9786559776726. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776726/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno Cidadania Financeira: Cuidando do seu dinheiro – Gestão de finanças pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Acesso à informação institucional**. 2025a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 11 març. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Focus**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico de taxas de juros**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação – Março 2025**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202503/rpm202503p.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CAMARGO, Felipe. **Macroeconomia e expectativas – o porquê, o para quê e o como**. Economia Mainstream, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://economiamainstream.com.br/artigo/macroeconomia-e-expectativas-o-porque-o-para-que-e-o-como/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CARRETE, Liliam S. **Mercado Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p. 27. ISBN 9788597021394. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021394/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CARVALHO, Fernando. **Economia Monetária e Financeira - Teoria e Política**. 3.ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2015. E-book. pág.220. ISBN 9788595154896. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154896/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. Disponível em: https://img.travessa.com.br/capitulo/SEXTANTE/COMO_ORGANIZAR_SUA_VIDA_FINANCEIRA-9788543102580.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

CNN BRASIL. **IPCA: o que é e como é calculado o principal índice de inflação do país**. 2023a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ipca-o-que-e-e-como-e-calculado-o-principal-indice-de-inflacao-do-pais/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CNN BRASIL. **O que é a taxa Selic e como ela influencia na economia?** 2023b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/taxa-selic-o-que-e-como-e-definida-e-quais-fatores-influenciam-seu-sobe-e-desce/#:~:text=A%20Selic%20impacta%20todos%20os,economia%20e%20tudo%20depende%20dela>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CNN BRASIL. **Taxa Selic: o que é, como é definida e quais fatores influenciam seu sobe e desce**. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/taxa-selic-o-que-e-como-e-definida-e-quais-fatores-influenciam-seu-sobe-e-desce/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CNDL BRASIL. **Inadimplência de pessoas físicas tem alta e atinge 71,78 milhões de consumidores no país, aponta CNDL e SPC Brasil**. 2025. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-de-pessoas-fisicas-tem-alta-e-atinge-7178-milhoes-de-consumidores-no-pais-aponta-cndl-e-spc-brasil/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CVM. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Programa Bem-Estar Financeiro: Apostila 02 – Crédito e Endividamento**. Rio de Janeiro: CVM, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/programa-bem-estar-financeiro/programa-bem-estar-financeiro-arquivos/apostila-02.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

EDITORIAL. **Mente milionária: desvendando a psicologia do dinheiro.** 2024.

Disponível em:

https://www.google.com.br/books/edition/Mente_Milion%C3%A1ria_Desvendando_a_Psicolog/dugfEQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 12 abri. 2025.

FARIAS, A. R.; ORNELAS, J. R. H. **Finanças e Sistema Financeiro Nacional para Concurso: Questões Resolvidas de Concursos do Banco Central, Tesouro Nacional, BNDES, CVM, CEF e BB, dentre outros.** Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788597000269. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597000269/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

FERREIRA, V. R. M. **Finanças comportamentais: uma análise psicológica dos investidores.** 2007. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17173/1/Vera%20Rita%20de%20Mello%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FORBES. **Vendas de consórcios crescem 132% durante a pandemia.** São Paulo: Revista Forbes, 2021. Disponível em:

<https://forbes.com.br/negocios/2021/01/vendas-de-consorcios-crescem-132-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

GLOBO. **Entenda em cinco pontos o impacto da alta da Selic sobre a economia e os investimentos.** Rio de Janeiro: O Globo, 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-em-cinco-pontos-impacto-da-alta-da-selic-sobre-economia-os-investimentos-24926131>. Acesso em: 1 nov. 2025.

GREMAUD, A. P. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Atlas, 2007. E-book. ISBN 9788522465217. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522465217/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

IGLESIAS, M. C.; PADOVESI, G. K. **Finanças comportamentais e arquitetura de escolhas: como prever a irracionalidade do mercado e criar soluções financeiras humanizadas.** Rio de Janeiro: Alta Livros, 2024. E-book. ISBN 9788550820903. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550820903/>. Acesso em: 01 mai. 2025.

INFINITEPAY. **Educação financeira: o que é e por que é importante aprender a cuidar do seu dinheiro.** 2025. Disponível em:

<https://www.infinitepay.io/blog/educacaofinanceira#:~:text=PERGUNTAS%20FREQUENTES,O%20QUE%20%C3%A9%20EDUCA%C3%A7%C3%A3O%20FINANCEIRA,E%20CONQUISTAR%20SUA%20LIBERDADE%20FINANCEIRA!>. Acesso em: 1 nov. 2025.

INVESTALK; PAVANI, Luana. **Taxa Selic: o que é e como ela afeta a sua vida e seus investimentos.** 2025. Disponível em: <<https://investalk.bb.com.br/noticias/quero-aprender/taxa-selic-o-que-e-e-como-ela-afeta-a-sua-vida-e-seus-investimentos>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em: <https://nae.com.pt/wp-content/uploads/Rapido-e-Devagar-Daniel-Kahneman.pdf>. Acesso em: 26 abri. 2025.

KENTON, W. **O que é economia comportamental?** 2024. Disponível em: <https://www.economiacomportamental.org/o-que-e/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

LIMA, A. P. L. de; REIS, L. B.; TREVISAN, N. M.; et al. **Comportamento do consumidor.** Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. ISBN 9786581492144. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492144/>. Acesso em: 06 mai. 2025.

LOPES, Luiz M. **Macroeconomia - Teoria e Aplicações de Política Econômica, 4ª edição.** Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. pág.67. ISBN 9788597017564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017564/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MAGALHÃES JUNIOR, C. BATISTA, J. S. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências.** 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-MagalhaesJunior/publication/370364182_Metodologia_da_Pesquisa_em_Educacao_e_Ensino_de_Ciencias/links/644c3dd797449a0e1a645b35/Metodologia-da-Pesquisa-em-Educacao-e-Ensino-de-Ciencias.pdf#page=45. Acesso em: 12 abri. 2025.

MAIA, L. **Altas da Selic: desafios para o consumo e a economia familiar.** 2024. Disponível em: https://socialsystemsnews.com.br/altas-da-selic-desafios-para-o-consumo-e-a-economia-familiar/?utm_source. Acesso em: 05 abr. 2025.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia.** 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021a. E-book. ISBN 9786555583144. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555583144/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia.** 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021b. E-book. ISBN 9788597027594. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027594/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>.

Acesso em: 24 jun.2025.

MOREIRA, Luiza Maria S.; CAPARROZ. **Macroeconomia Esquematizado®** – 5ª edição 2024. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p. 421. ISBN 9788553621613. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621613/>. Acesso em: 28 maio 2025.

MORI, Rogério. **Economia de verdade**. Rio de Janeiro: Editora Alta Livros, 2021. E-book. pág.49. ISBN 9786555206456. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555206456/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NOGAMI, O.; PASSOS, C. R. M. **Princípios de economia**. 7. ed. Porto Alegre: +A Educação – Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522124930. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522124930/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em: 18 març. 2025.

REIS, Tiago. **Taxa de juros: o que é, para que serve e como impacta a economia**. Suno, 2025. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/taxa-de-juros/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RESEARCH XP. **Relatório: taxa Selic**. 2024. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprendaaainvestir/relatorios/taxaselic/#:~:text=A%20taxa%20de%20juros%20Selic%20%C3%A9%20obtida,e%20t%C3%AAm%20um%20dia%20%C3%BAtil%20de%20prazo.&text=A%20taxa%20Selic%20hoje%20est%C3%A1%20em%2011%2C25%,acordada%20em%20novembro%20de%202024%20pelo%20Copom>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SENADO FEDERAL; ARAÚJO, Paloma. **Educação financeira: prevenção de dívidas começa na escola**. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/09/educacao-financeira-prevencao-de-dividas-comeca-na-escola>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. E-book. ISBN 9788524925207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524925207/>. Acesso em: 01 e 04 abr. 2025.

SILVA, C. R. L. da; LUIZ, S. **Economia e mercados: introdução à economia**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788547227739. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547227739/>. Acesso em: 18 març. 2025.

SICREDI. **Como a taxa Selic afeta seus investimentos**. 2025. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/como-a-taxa-selic-afeta-seus-investimentos/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOFISA DIRETO. **Como a taxa Selic impacta a rentabilidade dos seus investimentos**. 2025. Disponível em: <<https://blog.sofisadireto.com.br/como-a-taxa-selic-impacta-a-rentabilidade-dos-seus-investimentos>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOUZA NETTO, R. **Processo decisório: racionalidade e vieses cognitivos**. 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/processo-decisorio-racionalidade-e-vieses-cognitivos/3354252182>. Acesso em: 23 abri. 2025.

SOUZA, Ronaldo. **Explorando as emoções e os vieses comportamentais no contexto financeiro**. Brasília: Comissão de Valores Mobiliários, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/explorando-as-emocoes-e-os-vieses-comportamentais-no-contexto-financeiro?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 maio 2025.

TARDI, Carla. **Rational Expectations Theory**. 2023. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/r/rationaltheoryofexpectations.asp>. Acesso em: 29 jun. 2025.

TAXGROUP. **Taxa Selic: o que é, para que serve e como ela impacta sua vida**. 2025. Disponível em: <<https://www.taxgroup.com.br/intelligence/taxa-selic-o-que-e-para-que-serve-e-como-ela-impacta-sua-vida/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

TRANSUNION. **Consumer Pulse Report – Brasil Q4 2023**. São Paulo: TransUnion, 2023. Disponível em: <<https://www.transunion.com.br/content/dam/transunion/br/business/collateral/report/brazil-q4-23-consumerpulse-report.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

TORO INVESTIMENTOS. **Inflação e educação financeira**. 2025. Disponível em: <<https://blog.toroinvestimentos.com.br/educacao-financeira/inflacao/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

UNIGRAN. **Como a educação financeira transforma sua relação com o dinheiro**. 2025. Disponível em: <<https://www.unigran.br/blog/como-a-educacao-financeira-transforma-sua-relacao-com-o-dinheiro>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; BRAGA, Marcio B. **Economia Micro e Macro: Teoria, Exercícios e Casos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. pág.139. ISBN 9786559774968. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774968/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

WARPECHOWSKI, M. **A racionalidade limitada de Herbert Simon na microeconomia**. 2018. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/4/2018_04_0129_0161.pdf. Acesso em: 30 abri. 2025.